

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 19

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto de importação de 20% entra em vigor 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita prorroga programa de quitação de dívidas 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IPI de cigarro sobe e ajuda esforço fiscal 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Supremo julgará questões tributárias com impacto de R\$ 712 bilhões aos cofres públicos
..... 7

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guia da Receita tira dúvidas sobre compras internacionais 9

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aulas particulares: como declarar no IR? - RECLAMAR ADIANTA 10

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA/ BRASIL/ MUNDO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Termina prazo para adesão ao Perse 11

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bloqueio 'preventivo' de despesas públicas chega a R\$ 47 bi. É suficiente? Especialistas
respondem 12

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: consulta a benefício que passará por revisão está aberta 15

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA/ BRASIL/ MUNDO
SEGURIDADE SOCIAL

Consulta de BPC está disponível 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Demografia e tecnologia desafiam o INSS 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto sobre cigarro tem 1ª alta desde 2016 19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma: não cumulatividade e bens de uso e consumo pessoal - OPINIÃO JURÍDICA 20

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desoneração da folha aguarda solução - ENTRE ASPAS 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS "É hora de usar o dinheiro de forma mais inteligente"	24
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Flávio Dino estabelece regras para as chamadas emendas Pix	26
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Em decisão dividida, BC britânico sai na frente do Fed e corta taxas	28
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Mercado prevê taxa básica de juros sem alteração até o fim deste ano	30
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA Bloqueio preventivo	31
O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Receitas incertas e gastos da Previdência pressionam contas	33
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA Dólar atinge maior valor em 2 anos e meio: R\$ 5,73	34
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Projeção para o PIB deste ano tem viés de alta, diz IFI	35
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA Dólar vai a R\$ 5,73 com temor de recessão nos EUA	36
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA Fed pode se arrepender de não ter dado tiro de largada	38
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA Mercado reduz aposta em alta da Selic em 2024	40
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA Primeiras emissões de LCD podem sair ainda este ano	42
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA Juros devem ser mantidos com as expectativas inflacionárias	43
O ESTADO - FORTALEZA - CE - NACIONAL ECONOMIA STF derruba trechos da PEC que aumentou benefícios antes da eleição de 2022	44

Imposto de importação de 20% entra em vigor

A "taxa das blusinhas" entrou em vigor nesta quinta-feira, com cobrança de 20% de imposto de importação sobre compras de até US\$ 50 em sites internacionais, mais ICMS (imposto estadual). O imposto só não incidirá sobre medicamentos comprados por pessoas físicas, que seguem sem a necessidade de pagamento de tributo.

São 11 empresas participantes do Remessa Conforme que seguirão essas regras de importação diferenciadas. As que não estão no programa têm tributo de 60% mais ICMS, independentemente do valor do item, para importar o produto.

Segundo a **Receita Federal**, comprando nos sites cadastrados no Remessa, o pagamento do Imposto de Importação, ICMS e tarifas ocorre no momento da compra no site.

Se não aparecer o valor no fechamento da compra, o consumidor deve estar ciente de que poderá arcar com a despesa na chegada do produto ao país, sem a redução do imposto (ou seja, com 60% de tributação). Nesse caso, a Receita recomenda considerar a possibilidade de desistir da compra antes de concluí-la.

Para as empresas não certificadas pelo Remessa Conforme, a Receita informa que o pagamento deverá ser feito no site dos Correios ou das empresas de courier até 20 dias após a autorização da importação da encomenda. A entrega da encomenda ocorrerá após a confirmação do pagamento.

Golpe da blusinha

Os consumidores devem ter cuidado, pois criminosos estão usando a "taxa das blusinhas" como isca para aplicar golpes. Usuários denunciaram o recebimento de mensagens SMS com um link para pagamento de uma suposta taxa referente à liberação alfandegária de compras internacionais feitas pela internet. Segundo relatos, a guia de pagamento direcionava o usuário para um falso site dos Correios.

A **Receita Federal** informou que nem ela nem os Correios fazem ligações telefônicas, enviam boletos ou chave PIX, emails ou mensagens por WhatsApp ou SMS, cobrando valores.

Os Correios informaram à reportagem que a Polícia Federal foi acionada sobre as tentativas de golpe.

O que é a "taxa das blusinhas"?

O imposto de importação foi aprovado em junho pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, e sancionado no fim do mês passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Até então, produtos de até US\$ 50 vendidos em plataformas como Shein, Shopee, Temu e AliExpress já eram taxados pelo ICMS, imposto estadual, mas eram isentos do Imposto de Importação, que é federal, dentro do programa Remessa Conforme, implantado pelo governo Lula. Antes, porém, a taxação era de 60% para tudo, mais ICMS.

O argumento para aprovar a taxação foi de que, atualmente, a isenção para compras internacionais cria uma distorção no mercado e prejudica a indústria nacional, que paga imposto.

Já as compras entre US\$ 50,01 e US\$ 3.000 seguem uma legislação anterior ao Remessa Conforme, que prevê a cobrança de imposto de 60% mais o ICMS. As empresas que não estão no programa também se enquadram nessa regra, independentemente do valor pago pelo produto.

O limite de US\$ 50 considera a somado valor dos produtos, do frete e do seguro, se houver. Este total também é a base para o cálculo dos **impostos** (Da Folhapress).

*

Segundo a **Receita Federal**, comprando nos sites cadastrados no Remessa, o pagamento do Imposto de Importação, ICMS e tarifas ocorre no momento de fechamento da compra no próprio site.

*

SAIBA MAIS

SAIBA MAIS » Segundo a **Receita Federal**, as empresas cadastradas no Remessa Conforme são: 3 Cliques; AliExpress; Amazon; Importei USA; Magazine Luiza; Mercado Livre; Puritan; Shein; Shopee; Sinerlog

Store; Temu

» Para compras de até US\$ 50 haverá incidência do imposto de importação, com alíquota de 20% sobre o valor total da compra, incluindo o frete. Além disso, é necessário aplicar a alíquota de 17% de ICMS, chegando ao valor final da compra.

» O regime de tributação se aplica tanto às pessoas físicas quanto para empresas. A única condição é que a remessa internacional seja postal e tenha um valor de até US\$ 3.000, com uma alíquota especial (20%) para compras até US\$ 50. As regras valem para compras feitas em plataformas que aderiram ao Remessa Conforme.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17939>

Receita prorroga programa de quitação de dívidas

KATHARINA CRUZ

A **Receita Federal** prorrogou até o dia 31 de outubro a adesão ao Programa Litígio Zero 2024, programa para quitação de dívidas tributárias a médias e grandes empresas que tenham débitos de até R\$ 50 milhões.

O prazo inicial terminou anteontem. No caso de pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte, o teto é de R\$ 84,7 mil, o equivalente a 60 salários mínimos.

A edição 2023 do programa resultou em R\$ 5,6 bilhões aos cofres públicos.

As dívidas que podem ser renegociadas são referentes a **tributos** devidos à **Receita Federal**, caso de contribuições sociais das empresas e dos empregadores domésticos e que são alvo de contestações dos credores.

Uma condição obrigatória para aderir ao programa é a de que o contribuinte deverá abrir mão de todos os recursos na Justiça.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IPI de cigarro sobe e ajuda esforço fiscal

Jéssica Sant"Ana De Brasília

O governo publicou um decreto aumentando o preço mínimo e a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos cigarros, medida que vai reforçar a arrecadação em R\$ 3 bilhões em 2025 e ajudar a fechar o Orçamento do próximo ano.

Segundo decreto publicado no "Diário Oficial" desta quinta-feira (1 -), o preço mínimo do cigarro passará de R\$ 5 por maço para R\$ 6,50, a partir de 1º de setembro. Já a alíquota específica do IPI aumentará de R\$ 1,50 para R\$2,25 por vintena, a partir de 1º de novembro. Os valores não eram corrigidos desde 2016. A alíquota ad valorem foi mantida em 66,70%.

O ganho de arrecadação em 2024 com a medida será de R\$ 299,54 milhões, pois os novos valores entrarão em vigor somente quase no fim do ano. Em 2025 e 2026, é esperada uma arrecadação de R\$ 3,017 bilhões e de R\$ 3,051 bilhões, respectivamente.

Uma fonte da equipe econômica explicou ao Valor que o aumento faz parte de uma pacote de medidas que viabilizarão o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, que precisa ter receitas e despesas equilibradas. As demais medidas são mantidas em sigilo, mas serão conhecidas até 31 de agosto.

A mudança no preço do cigarro terá impacto também sobre a **inflação**. A Warren Rena calcula que a medida aumentará em 0,15 ponto percentual sua projeção para o IPCA ao fim de 2024, que, agora, foi para 4,35%. "Em junho, chamamos a atenção que esse aumento [do preço mínimo de cigarros no varejo] poderia ocorrer, porém, escalonado atingindo R\$ 6. No entanto, o decreto publicado traz o aumento de uma só vez", dizem Andréa Ângelo, Guilherme Gomes e Vinícius Valentim em relatório a clientes.

Em nota, a **Receita Federal** afirma que a ausência de correção dos valores do cigarro reduzia a arrecadação e aumentava as despesas públicas com saúde. Segundo o Fisco, de 2016 a março de 2022, a falta de reajuste provocou uma queda real de 26% nos preços dos cigarros. "Com isso, o Brasil se tornou o segundo país com preços de cigarros mais baixos das Américas, logo após o Paraguai, o que acaba se transformando em um elemento impulsionador ao tabagismo."

A Receita também argumenta que, se os valores fossem corrigidos pelo IPCA, a alíquota de IPI já teria

sido elevada a R\$ 3,45 e o preço mínimo, a R\$ 11,88. Esta, contudo, não foi a opção, para evitar contrabando. (Colaborou Anais Fernandes, de São Paulo)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187945?page=1§ion=1>

Supremo julgará questões tributárias com impacto de R\$ 712 bilhões aos cofres públicos

Beatriz Olivon De Brasília

Estão nas mãos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo menos 32 importantes processos tributários contra União, Estados e municípios, com impacto estimado de R\$ 712 bilhões aos cofres públicos. Três deles estão pautados para este mês e o mais aguardado pelos contribuintes é o que surgiu com a chamada "tese do século". Discute a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

O levantamento foi realizado pelo escritório Machado Associados e reúne processos que estão indicados no Anexo de Riscos Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025. Apesar do valor ainda elevado do estoque, especialistas destacam que os casos mais relevantes já foram julgados pelos tribunais superiores nos últimos anos. No Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo, tudo o que consta na LDO já teve o mérito analisado. Com isso, uma estimativa de impacto de R\$ 80,4 bilhões foi reclassificada para "risco remoto".

Um dos julgamentos tributários mais aguardados pelos contribuintes pode ser realizado no dia 28. O STF pautou um recurso sobre a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins. O julgamento pode ter impacto de até R\$ 35,4 bilhões para a União, em caso de derrota.

A discussão tem como pano de fundo a "tese do século", a retirada do ICMS da base do PIS e da Cofins, definida no ano de 2017. O caso também pode influenciar outras "teses filhotes". Para os contribuintes, os motivos para excluir o ICMS valem para o caso do ISS. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), porém, discorda.

O tema também divide os ministros e ficou empatado, após oito votos, quando a questão começou a ser julgada no Plenário Virtual, em agosto de 2020 (RE 592616). Agora, com a transferência do caso para o plenário físico, o julgamento será reiniciado, mantendo-se os posicionamentos de ministros aposentados.

"Há uma expectativa grande dos prestadores de

serviço, que aguardam uma definição há muitos anos", diz a advogada Maria Andréia dos Santos, sócia do Machado Associados. Para ela, a perspectiva é boa, por ser bem similar à "tese do século". Porém, acrescenta, em outras "teses filhotes", como a que trata do PIS e da Cofins na própria base de cálculo (RE 1233096), com impacto estimado em R\$ 65,7 bilhões, os contribuintes podem não ter sucesso.

A expectativa leva em conta o entendimento do STF no julgamento que considerou constitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) - RE 1187264. "Esperamos ter, de fato, decisões que se aprofundem na particularidade de cada discussão, privilegiando a jurisprudência histórica do tribunal. Mas com relação a teses filhotes, a expectativa em geral não é boa", afirma.

No mesmo dia em que foi pautada a exclusão do ISS da base do PIS e da Cofins, os ministros podem concluir a análise sobre a cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) de pessoas físicas - a contribuição previdenciária do setor (ADI 4395). Nesse caso, o impacto potencial é de R\$ 20,9 bilhões. A exigência já foi julgada constitucional e a discussão agora concentra-se na chamada sub-rogação - cobrança antecipada, espécie de substituição tributária.

Ainda consta na pauta de agosto um caso que interessa a Estados e municípios. Os ministros podem definir se incide o ICMS ou o ISS sobre operações de industrialização por encomenda, quando essa operação for etapa intermediária do ciclo produtivo da mercadoria (RE 882461).

Os casos que podem ter maior impacto, segundo a LDO, porém, ainda não foram pautados. Entre eles está o que discute os limites de dedução de gastos com educação no Imposto de Renda, estimado em R\$ 115 bilhões (ADI 4927), e o que trata da necessidade da edição de lei complementar para que seja cobrado o PIS/Cofins Importação, estimado em R\$ 325 bilhões (RE 565886).

Difícilmente os processos indicados no Anexo de

Riscos Fiscais deverão afetar as contas públicas em 2024, segundo Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos. Mesmo que itens pautados sejam julgados, afirma, eles só terão efeitos depois do trânsito em julgado (quando não cabe mais recurso), o que dificilmente se daria ainda no segundo semestre.

Sbardelotto divide em três momentos as consequências dos julgamentos tributários. O mais imediato são as compensações - as empresas pedem os créditos que teriam a receber e utilizam para abater dos valores de **impostos** devidos. A Lei nº 14.873, de 2024, porém, lembra, passou a impor um limite para o uso desses créditos, para garantir maior previsibilidade na arrecadação.

Decisões tributárias, diz o economista, ainda tem efeito sobre o cálculo dos **tributos**. Se o STF definir que o ISS não integra a base do PIS e da Cofins, a **Receita Federal** terá que deixar de cobrar dessa forma, o que impacta a arrecadação futura. Com a **reforma tributária**, contudo, acrescenta, apesar de preservados os valores em relação ao passado, esse efeito não seria mais sentido.

O terceiro momento, de acordo com Sbardelotto, é o da devolução de valores pagos a maior por meio de precatórios, que tem sido também uma preocupação nos últimos anos. "Leva mais tempo para se concretizar, mas afeta significativamente o orçamento." Para Saul Tourinho Leal, sócio do Tourinho Leal Drummond de Andrade Advocacia, há uma pressão grande por parte da União para resultados em julgamentos que ajudem as contas públicas. A expectativa do tributarista para o segundo semestre, contudo, é que com a **reforma tributária** e a possibilidade de outras medidas por parte do governo quanto ao orçamento, o Judiciário não seja tão cobrado a resolver o problema das contas públicas, como vem ocorrendo.

"O Anexo de Riscos Fiscais ma-peia, dentre outros, fatores que podem gerar custos para a União, a exemplo de decisões judiciais, particularmente, envolvendo questões tributárias", diz Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI). "São custos em potencial, em resumo, que devem ser acompanhados, um a um, com bastante atenção." Segundo Salto, em alguns casos, a Fazenda Nacional conseguiu vencer as disputas que poderiam implicar custos ou perda de arrecadação para a União, o que deve ser enaltecido. Ele destaca a discussão previdenciária sobre a "revisão da vida toda" e lembra da solução encontrada para minimizar o impacto da decisão que excluiu o ICMS na base do PIS e da Cofins, concretizada com a Lei nº 14592, de 2023. A norma determina a exclusão do ICMS na apuração de

créditos das contribuições sociais.

No STJ, ainda que sem estimativa de impacto nem inclusão na LDO, chama a atenção da tributarista Maria Andréia dos Santos a discussão sobre a natureza dos planos de stock options para determinar a alíquota aplicável do Imposto de Renda e o momento de incidência do tributo (REsp 2069644).

A advogada Ariane Guimarães, sócia do escritório Mattos Filho, destaca outros temas relevantes que aguardam julgamento pelo STJ em recursos repetitivos. Um deles trata da possibilidade de restituição de valores pagos a maior à título de ICMS-ST (REsps 2034975, 2034977 e 2035550). Outro vai definir se a oferta de seguro garantia ou de fiança bancária pode suspender a exigibilidade de crédito não tributário (REsps 2007865, 2037317, 2037787 e 2050751).

Procurada pelo Valor, a PGFN não comentou o assunto.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187945>

Guia da Receita tira dúvidas sobre compras internacionais

A **Receita Federal** lançou, em parceria com os Correios, um portal com orientações sobre a compra de produtos importados em plataformas de comércio eletrônico.

A ideia é auxiliar os consumidores a resolver problemas, apresentar orientações para acompanhar o pedido, esclarecer dúvidas sobre pagamentos e **impostos**, além de evitar golpes.

A necessidade de um canal para tirar dúvidas aumento com a "Taxa das blusinhas", como foi apelidado o imposto cobrado sobre compras internacionais de até 50 dólares. A taxa começou a valer ontem.

Segundo a **Receita Federal**, apesar do crescimento das compras internacionais, não havia um site que concentrasse informações sobre o tema com o objetivo de apoiar os consumidores.

"Não existia, até hoje, um site único e confiável onde o comprador pudesse ter orientações completas sobre todos os problemas que o afligiam.

Pelo contrário: o cidadão procurava orientação na internet e muitas vezes chegava a informações falsas ou imprecisas, não raramente acompanhadas de radicalismos ou motivação política", escreveu a Receita em **comunicado**.

O site pode ser acessado pelo link <https://abrir.link/pmCgP>. Quem acessar poderá encontrar desde orientações sobre como fazer perguntas ao chatbot do Fisco a restrições de compras de produtos.

ORIENTAÇÃO Objetivo do novo site é afastar consumidor de plataformas com informações falsas

O QUE VOCÊ VAI ACHAR NA PLATAFORMA

Como rastrear uma encomenda: passo a passo para acompanhar a importação, também ilustrado por vídeo.

Orientações ou soluções para problemas relacionados às compras internacionais.

Golpes mais comuns: principais golpes e as orientações para não cair neles B Encomenda não chegou: saiba o que pode ter acontecido e como

resolver B Pagamento de **impostos**: entenda por que, como e quanto pagar pelos **impostos** realmente existentes nas compras internacionais no comércio eletrônico.

Encomenda devolvida: entenda e acompanhe o envio de uma compra para evitar devoluções ao exterior B Restrições de compras: alguns produtos não podem entrar no país. Eles serão devolvidos ao exterior e o consumidor poderá ficar no prejuízo. Conheça as restrições.

Importação de medicamentos: saiba como importar remédios com receita médica sem pagar **impostos**.

Remessa Conforme: saiba como funciona o programa e como pagar menos **impostos** comprando de sites certificados B "Taxa das blusinhas": entenda o que muda nas compras a partir de agora.

Calculadora de **impostos**: Informando o valor da sua compra em reais, a calculadora irá estimar quanto você terá que pagar de Imposto de Importação (federal) e de ICMS (estadual).

A calculadora também mostrará a diferença entre comprar de um site certificado no Programa Remessa Conforme ou em outros sites.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Aulas particulares: como declarar no IR? - RECLAMAR ADIANTA

Francisco Arrighi

Sou professora e comecei a dar aulas particulares em casa, com renda mensal acima do limite de isenção do Imposto de Renda. Preciso emitir recibos para os alunos? Como devo declarar essa renda extra no meu Imposto de Renda anual? (Marta Ferreira, Pechincha)

Segundo o consultor tributário Francisco Arrighi, é importante regularizar essa atividade para evitar problemas fiscais no futuro. A emissão de recibos para cada aluno é essencial, pois comprova a prestação de serviços e o valor recebido, garantindo seus direitos e facilitando a declaração do Imposto de Renda.

Para a emissão de recibos, utilize o modelo de Recibo para Prestação de Serviços Autônomos, disponível no site da **Receita Federal**, em papelarias ou no site [reciboonline](#).

com.br. No recibo, informe: nome, CPF, RG, endereço; Dados do aluno (nome, CPF, RG, endereço); Discriminação do serviço prestado (matéria, carga horária) e valor total recebido e data de emissão.

Com os recibos emitidos, realize o pagamento do imposto devido gerado pelo Carnê- Leão até o último dia útil do mês subsequente ao recebimento da renda. Informe mensalmente os valores no programa do Carnê-Leão e imprima o Darf para efetuar o pagamento do imposto em qualquer banco.

No momento da declaração do Imposto de Renda, se você preencheu e pagou o Carnê- Leão ao longo do ano, deverá importar essas informações para a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF), caso sua renda ultrapassar o limite de isenção ou se você se enquadrar em outros critérios obrigatórios. No entanto, se você não atingiu os limites mínimos de rendimentos ou não cumpriu outros requisitos obrigatórios para a declaração, não é obrigatório fazê-la.

Regularizando sua atividade e mantendo a documentação em ordem, você evita problemas futuros e garante que sua renda adicional seja devidamente declarada, salienta o advogado Átila Nunes do serviço www.reclamaradianta.com.br.

com.br. O atendimento é gratuito pelo e-mail juridico@reclamaradianta.com.br.

reclamaradianta.com.br

ou pelo WhatsApp (21) 993289328.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/12602/02-08-2024.html>

Termina prazo para adesão ao Perse

Termina hoje o prazo para empresas aderirem ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

O programa federal foi criado em 2021, para ajudar financeiramente empreendimentos do setor de eventos e de alimentação fora do lar afetados pela pandemia de covid-19, como bares, restaurantes e hotéis, entre outros.

Na terça-feira, a **Receita Federal** informou que, até o último dia 24, ao menos 2.239 empresas que indicaram ter recorrido aos benefícios do Perse, como uma redução de carga tributária, não tinham entregue o pedido de habilitação.

Até a mesma data, 7.435 solicitações de usufruto dos incentivos fiscais ou/e outras formas de suporte financeiro já tinham sido aprovadas.

A adesão é obrigatória mesmo para as empresas que já se beneficiaram da primeira fase do programa.

Para aderir ao Perse, as empresas precisam desenvolver atividades ligadas ao setor de eventos. Estão incluídas, portanto, casas de eventos esportivos, de shows e de festivais, hotéis, feiras gastronômicas, cinemas, casas noturnas, bares e outras. Para aderir ao Perse, é preciso acessar o Portal Regularize, da Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), do Ministério da Fazenda.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/12602/02-08-2024.html>

Bloqueio 'preventivo' de despesas públicas chega a R\$ 47 bi. É suficiente? Especialistas respondem

O governo Lula decidiu adotar um controle preventivo de despesas para garantir que a meta de resultado das contas públicas, que estabelece déficit zero, será cumprida. Com a nova norma, na prática, os ministérios não poderão gastar cerca de R\$ 47 bilhões até setembro para despesas de investimento e custeio da máquina pública (como contas de luz e de água).

A regra foi estabelecida no decreto de programação orçamentária e financeira, publicado no fim da noite de terça-feira, e assinado pelo presidente Lula. Esse decreto foi publicado para estabelecer quais áreas seriam afetadas pelo congelamento de R\$ 15 bilhões em gastos, que já havia sido anunciado pela equipe econômica.

O mesmo decreto, porém, impede que os ministérios usem todo o dinheiro "restante" até setembro. Só será possível gastar 35% dos recursos disponíveis até setembro. Até novembro, será permitido gastar mais 35%. Em dezembro, os 30% restantes.

A regra irritou integrantes de outras áreas do governo, fora da equipe econômica, que foram pegos de surpresa com o congelamento preventivo. Mas será suficiente para que o governo consiga convergir as despesas públicas para a meta de déficit zero?

Especialistas em contas públicas estimam que seja necessário congelar ao menos mais R\$ 25 bilhões para ficar dentro do limite da meta. Em 2024, o alvo é déficit zero, mas há uma margem de tolerância: se o país tiver déficit de até 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o equivalente a R\$ 28,8 bilhões, ainda assim a meta será considerada cumprida.

Analistas ouvidos pelo GLOBO estão céticos. Para Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, a iniciativa do governo de segurar preventivamente mais do que os R\$ 15 bilhões já congelados em meados de julho pode estar relacionada à frustração de receita com duas contas importantes para aumentar a arrecadação que, apesar de recorde, está abaixo do previsto pelo próprio governo para este ano.

- Pelas nossas contas, será preciso um corte de R\$ 50

bilhões para chegar à meta de déficit zero ou ao menos R\$ 24 bilhões para cumprir a margem de até R\$ 28,8 bilhões de déficit - estima Vilma.

Ela lembra que a lei orçamentária prevê adicional de arrecadação de R\$ 168,3 bilhões neste ano, enquanto a estimativa da IFI está em R\$ 142,7 bilhões.

Pelo lado da despesa, a IFI estima que a Previdência vai consumir R\$ 949 bilhões, acima dos R\$ 923 bilhões previstos, sendo que o valor que já foi revisado para cima quatro vezes este ano pelo próprio governo. O crescimento desse gasto obrigatório foi o principal motivo para o bloqueio de R\$ 15 bilhões em julho.

- Na despesa destoa a **Previdência Social**. O número de beneficiários e também do Loas (orçamento da **seguridade social** no qual está incluído o Benefício de Prestação Continuada, o BPC) está muito acima do que o governo está projetando e vem revisando para cima - diz a economista do IFI.

Daniel Couri, consultor de Orçamento do Senado, diz que o congelamento maior, de R\$ 47 bilhões, é uma "medida prudencial, sem dúvida, e há justificativa".

-Ainda há algumas linhas (do Orçamento) com bastante incerteza. Receita de **Carf** (Conselho de Administração de Recursos Fiscais), que teve a regra de desempate nos julgamentos alterada, dando a última palavra ao governo, com o chamado voto de qualidade, e concessão de ferrovias estão superestimados. E os benefícios previdenciários devem continuar aumentando.

Se o ano terminar como espera o governo atualmente, diz Couri, a despesa primária federal (antes do pagamento dos juros da dívida pública) crescerá, em valores correntes, R\$ 192,1 bilhões em relação a 2023 e R\$ 419,9 bilhões na comparação com 2022:

-Descontando a **inflação** no período, seria um avanço de cerca de 13% em apenas dois anos.

Jeferson Bittencourt, head de Macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional, também vê dificuldade na obtenção do volume de receitas

esperado pelo governo.

No **Carf**, respeitando o calendário das decisões no conselho, os recursos só começarão a entrar com mais força no ano que vem. Por isso, ele não prevê entrada superior a R\$ 8 bilhões nessa arrecadação adicional. O governo espera R\$ 37,7 bilhões:

- Esse é ponto central da superestimação.

Com a renovação das concessões de ferrovias, Bittencourt diz que é "bem difícil ultrapassar" R\$ 4 bilhões. O governo, porém, espera contar com R\$ 10 bilhões.

Para Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público da FGV e ex-secretário de Política Econômica, na prática o governo bloqueou todo o Orçamento discricionário (não obrigatório), deixando uma cota para os ministérios. A medida, na opinião do especialista, aumenta a capacidade de gestão orçamentária da equipe econômica:

- A execução orçamentária ficou muito frouxa no início do ano, no primeiro semestre. Isso diminuiu muito a capacidade da equipe econômica de contingenciar. Então, estão fazendo isso para ver se ganham um pouco mais de liberdade, caso tenham que contingenciar um pouco mais lá na frente.

Segundo Pires, se "eles não criarem esse sistema de racionamento de despesa discricionária, a possibilidade de cortarem gastos lá na frente vai ser muito limitada".

Jeferson Bittencourt, do ASA, lembra que esse cronograma de gasto é fixado já no início do ano, mas ele avalia que o governo apertou a execução no segundo semestre:

- Sempre existiu esse cronograma de gastos, mantendo um limite mensal de 1/12 do que o ministério estava autorizado a gastar. O que o governo fez foi apertar mais esse limite até setembro, mantendo apertado em outubro e novembro.

Para ele, a impressão que passa é que o governo mantém uma preocupação de que novos bloqueios e contingenciamentos vão ser necessários no relatório de setembro (de avaliação de receitas e despesas):

- Acho que o mercado entende que o governo tem trabalho a fazer para cumprir a meta. O governo mudar a liberação mostra um esforço para ter espaço para fazer esse trabalho.

Em setembro e em novembro serão publicados dois novos relatórios de avaliação do comportamento das

receitas e das despesas.

Esses dois novos relatórios podem indicar a necessidade de o governo bloquear mais gastos para cumprir a meta fiscal. Por isso, a equipe econômica resolveu segurar a permissão para as demais áreas do governo gastarem.

O governo considera difícil rever a contenção de despesas de R\$ 15 bilhões. Por isso, os ministérios já dão esse dinheiro como perdido. Desse total, R\$ 11,2 bilhões foram bloqueados. São despesas que estavam acima do autorizado pelo Orçamento, portanto, não há como serem recompostas.

As projeções do mercado ainda estão distantes da meta de déficit zero e indicam déficit de 0,7% do **PIB** este ano, de acordo com o Boletim Focus.

Considerando o que os ministérios já empenharam (se comprometeram a gastar) neste ano e descontando os R\$ 15 bilhões congelados, há cerca de R\$ 49 bilhões disponíveis para despesas de investimento e custeio até o fim do ano.

Pela regra do decreto, os ministérios só poderão gastar, desse total, R\$ 17 bilhões em agosto e setembro. Dessa forma, na prática, o esforço fiscal da Esplanada será equivalente aos R\$ 15 bilhões já congelados e o valor que não poderá ser gasto neste bimestre, de R\$ 32 bilhões. No total, são R\$ 47 bilhões "na gaveta" nesse período.

Mantido o cenário atual, outros R\$ 17 bilhões seriam gastos em outubro e novembro. E todo o restante em dezembro.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, disse ao GLOBO que, apesar do bloqueio de R\$ 15 bilhões ser elevado, a previsão de déficit nas contas públicas está próxima do limite da meta.

- Vamos supor que tenha uma surpresa de R\$ 2 bilhões de uma receita que veio a menos e uma despesa que veio a mais. Eu descumpriria a meta de (resultado) primário com todas as sanções que o presidente, que o governo teria, contingenciamento e despesa menor em 2026. Para evitar que se chegue no fim do ano correndo o risco de descumprir, a gente está faseando.

O secretário afirmou que a pasta vai monitorar mais de perto os empenhos. Segundo ele, se algum ministério precisar de mais recursos, pode ser solicitado e isso poderá ser alterado.

- A regra geral é: você vai poder usar mais aqui, mas

depois a gente vai bloquear à frente - disse o secretário.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/02/bloqueio-preventivo-de-despesas-publicas-chega-a-r-47-bi-e-suficiente-especialistas-respondem.ghtml>

INSS: consulta a benefício que passará por revisão está aberta

A plataforma por onde os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas) poderão conferir se terão que realizar a atualização cadastral - o chamado pente-fino do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) - já está disponível.

A consulta será feita por lotes, por meio do aplicativo ou do site Meu **INSS**, sem precisar de login e senha, apenas informando o CPF.

No primeiro lote, serão chamadas 505.018 pessoas para atualizarem o cadastro no Centro de Referência e Assistência Social (Cras) de seu município. Essas unidades são vinculadas às prefeituras.

A orientação é para que o beneficiário verifique com frequência se o CPF está na lista, pois novos lotes serão incluídos gradualmente.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), esse número chegará a 1,25 milhão de pessoas, sendo 448 mil sem a devida inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) e 806 mil com inscrição desatualizada há pelo menos 48 meses (quatro anos).

Ontem, o **INSS** começou a enviar mensagens pelo Meu **INSS** para beneficiários de BPC/Loas e para segurados que recebem auxílio-doença por um longo período. O contato também poderá ocorrer por meio de busca ativa, carta enviada pelos Correios, SMS, rede bancária (no extrato mensal do pagamento do benefício) e, por fim, edital.

A atualização poderá ser feita no prazo de 45 dias - para regiões com até 50 mil pessoas - e 90 dias - locais com mais de 50 mil pessoas.

FIQUE ALERTA Mais de 500 mil beneficiários serão chamados na primeira fase do pente-fino

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Consulta de BPC está disponível

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e a Dataprev, já disponibilizou a plataforma por onde as pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) poderão conferir por meio do CPF se terão que fazer a atualização cadastral prevista nas portarias conjuntas dos ministérios do Desenvolvimento Social (MDS) e da Previdência, e do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A consulta será por lotes por meio do aplicativo ou site Meu **INSS** sem precisar de login e senha.

Por conta da inclusão de novos lotes é importante verificar com frequência se o CPF está na lista.

Neste primeiro lote serão chamadas 505.018 pessoas para atualizarem o cadastro no Centro de Referência e Assistência Social (Cras) do seu município. O total, segundo o MDS, chegará a 1,25 milhão de pessoas. Sendo 448 mil sem a devida inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) e 806 mil com inscrição desatualizada há 48 meses ou mais.

As portarias conjuntas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) com o Ministério da **Previdência Social** e **INSS** (27 e 28) determinam que "os requerimentos do BPC que passarem por alteração cadastral com indícios de inconsistência durante o processo de análise deverão ser submetidos à averiguação própria para verificação das novas informações prestadas".

Neste caso, o requerente do BPC, ou seu responsável legal, terá de realizar registro biométrico, a partir de 1º de setembro de 2024, nos cadastros da Carteira de Identidade Nacional (CIN), do título eleitoral ou da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

O cruzamento de informações será realizado mensalmente pelo **INSS** para verificação da manutenção do critério de renda do grupo familiar e do acúmulo do benefício com outra renda constante em base de dados dos órgãos da Administração Pública disponíveis ou, no caso da pessoa com deficiência, da renda decorrente do exercício de atividade remunerada.

O **INSS** vai priorizar a revisão e apuração dos indícios de irregularidades relacionados à superação de renda dos beneficiários com o Cadastro Único (CadÚnico) atualizado e quando a renda for proveniente do titular do benefício, não dispensando a revisão e apuração

dos casos em que a renda for proveniente de membro do grupo familiar.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12602/02-08-2024.html>

Demografia e tecnologia desafiam o INSS

Correio Braziliense

JOSÉ PASTORE - Professor da Universidade de São Paulo e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP. É membro da Academia Paulista de Letras

No Brasil, o **INSS** enfrenta dois grandes desafios: a demografia e a tecnologia. No campo demográfico, nunca a taxa de fecundidade esteve tão baixa. O número de crianças por mulher (1,6) é insuficiente para recompor a população. Isso provoca uma contração no número de pessoas que podem trabalhar. Na outra ponta, a proporção de idosos (65 anos e mais) cresceu 57% em apenas 12 anos. Isso faz contrair ainda mais a oferta de trabalhadores.

O resultado imediato é crise nas finanças da **Previdência Social**, porque as despesas com beneficiários de aposentadoria e pensões crescem muito mais depressa do que a receita dos contribuintes. O déficit anual ultrapassa R\$ 400 bilhões.

Há outros desequilíbrios. Dos 130 milhões de brasileiros em idade de trabalhar, cerca de 40 milhões estão fora da força de trabalho porque estudam, estão aposentados, doentes ou têm outros motivos. Quase 40 milhões trabalham de modo informal, sem nada recolher à **Previdência Social**. Mais de 10 milhões são microempreendedores individuais (MEIs), cuja contribuição ao **INSS** é muito baixa. E cerca de 8 milhões estão desempregados.

Tudo isso solapa as contas da **Previdência Social**. Se nada for modificado, a alíquota de contribuição ao **INSS**, que hoje está em torno de 32% dos salários, terá de subir aos estratosféricos 70%.

Muitos argumentam que a tecnologia é a solução para um mundo que contrai a oferta de trabalho. Só em parte. A substituição de seres humanos por máquinas, inclusive, a inteligência artificial (IA), não é trivial. Com frequência, surge um hiato entre as habilidades disponíveis e as exigidas pelas novas tecnologias. Isso porque a habilidade dos trabalhadores deslocados não atende às novas exigências.

Há também um hiato temporal. Quando os deslocados não se reempregam logo, os desempregados, assim como seus ex-empregadores, param de contribuir ao **INSS**, enquanto as máquinas que entraram em seu lugar (robôs e IA), nada recolhem para a **Previdência**

Social.

As tecnologias têm ampliado as oportunidades para as pessoas trabalharem por conta própria, em grande parte sem vínculo previdenciário. O mundo inteiro procura formas de proteger essas pessoas e arrecadar contribuições previdenciárias. Poucos são os casos de sucesso. Mas há iniciativas animadoras. Na Alemanha, por exemplo, há cerca de 300 profissões nas quais ocorre muito trabalho de freelancers. Elas são amparadas por sistemas de proteção previdenciária. Como funciona?

Por exemplo, o ator que vai trabalhar em um teatro por um ano, o seu contrato só pode ser firmado se ele tiver vínculo com algum sistema previdenciário - público ou privado. Durante o contrato, uma alíquota de 20%, por exemplo, é compartilhada: o ator paga 10%, o teatro, 5% e o governo, 5%. Isso garante o nível de benefício escolhido pelo ator em um sistema de capitalização.

Terminado o contrato, se o ator quiser manter o nível de benefício, ele terá de pagar os 20% durante o período em que ficar sem trabalhar. Mas ele pode pagar menos ou até não pagar nada e manter o vínculo previdenciário, sabendo que isso implicará redução do seu benefício futuro. No próximo contrato, ele pode pagar para compensar as perdas e restaurar o benefício.

No Brasil, o sistema de capitalização foi rejeitado na reforma previdenciária de 2019. Vale a pena repensar. Muitas atividades poderiam ser protegidas com contribuições compartilhadas entre tomadores e prestadores de serviços e até mesmo com governo e consumidores. Nós que pedimos uma refeição em casa não deveríamos ter uma parte da responsabilidade da proteção previdenciária de quem a coloca em nossas mãos?

Não há dúvida. O mundo mudou. O Brasil precisa inovar muito nas leis trabalhistas e previdenciárias.

JOSÉ PASTORE - Professor da Universidade de São Paulo e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP. É membro da Academia Paulista de Letras

No Brasil, o **INSS** enfrenta dois grandes desafios: a demografia e a tecnologia. No campo demográfico, nunca a taxa de fecundidade esteve tão baixa. O número de crianças por mulher (1,6) é insuficiente para recompor a população. Isso provoca uma

contração no número de pessoas que podem trabalhar. Na outra ponta, a proporção de idosos (65 anos e mais) cresceu 57% em apenas 12 anos. Isso faz contrair ainda mais a oferta de trabalhadores.

O resultado imediato é crise nas finanças da **Previdência Social**, porque as despesas com beneficiários de aposentadoria e pensões crescem muito mais depressa do que a receita dos contribuintes. O deficit anual ultrapassa R\$ 400 bilhões.

Há outros desequilíbrios. Dos 130 milhões de brasileiros em idade de trabalhar, cerca de 40 milhões estão fora da força de trabalho porque estudam, estão aposentados, doentes ou têm outros motivos. Quase 40 milhões trabalham de modo informal, sem nada recolher à **Previdência Social**. Mais de 10 milhões são microempreendedores individuais (MEIs), cuja contribuição ao **INSS** é muito baixa. E cerca de 8 milhões estão desempregados.

Tudo isso solapa as contas da **Previdência Social**. Se nada for modificado, a alíquota de contribuição ao **INSS**, que hoje está em torno de 32% dos salários, terá de subir aos estratosféricos 70%.

Muitos argumentam que a tecnologia é a solução para um mundo que contrai a oferta de trabalho. Só em parte. A substituição de seres humanos por máquinas, inclusive, a inteligência artificial (IA), não é trivial. Com frequência, surge um hiato entre as habilidades disponíveis e as exigidas pelas novas tecnologias. Isso porque a habilidade dos trabalhadores deslocados não atende às novas exigências.

Há também um hiato temporal. Quando os deslocados não se reempregam logo, os desempregados, assim como seus ex-empregadores, param de contribuir ao **INSS**, enquanto as máquinas que entraram em seu lugar (robôs e IA), nada recolhem para a **Previdência Social**.

As tecnologias têm ampliado as oportunidades para as pessoas trabalharem por conta própria, em grande parte sem vínculo previdenciário. O mundo inteiro procura formas de proteger essas pessoas e arrecadar contribuições previdenciárias. Poucos são os casos de sucesso. Mas há iniciativas animadoras. Na Alemanha, por exemplo, há cerca de 300 profissões nas quais ocorre muito trabalho de freelancers. Elas são amparadas por sistemas de proteção previdenciária. Como funciona?

Por exemplo, o ator que vai trabalhar em um teatro por um ano, o seu contrato só pode ser firmado se ele tiver vínculo com algum sistema previdenciário - público ou privado. Durante o contrato, uma alíquota de 20%, por

exemplo, é compartilhada: o ator paga 10%, o teatro, 5% e o governo, 5%. Isso garante o nível de benefício escolhido pelo ator em um sistema de capitalização.

Terminado o contrato, se o ator quiser manter o nível de benefício, ele terá de pagar os 20% durante o período em que ficar sem trabalhar. Mas ele pode pagar menos ou até não pagar nada e manter o vínculo previdenciário, sabendo que isso implicará redução do seu benefício futuro. No próximo contrato, ele pode pagar para compensar as perdas e restaurar o benefício.

No Brasil, o sistema de capitalização foi rejeitado na reforma previdenciária de 2019. Vale a pena repensar. Muitas atividades poderiam ser protegidas com contribuições compartilhadas entre tomadores e prestadores de serviços e até mesmo com governo e consumidores. Nós que pedimos uma refeição em casa não deveríamos ter uma parte da responsabilidade da proteção previdenciária de quem a coloca em nossas mãos?

Não há dúvida. O mundo mudou. O Brasil precisa inovar muito nas leis trabalhistas e previdenciárias.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2024/08/6911432-demografia-e-tecnologia-desafiam-o-inss.html>

Imposto sobre cigarro tem 1ª alta desde 2016

ALICE CRAVO E LETYCIA CARDOSO
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou ontem um decreto aumentando o imposto e o preço mínimo dos cigarros na sua venda no varejo. Serão duas mudanças: uma valerá a partir de setembro e outra, de novembro.

O valor mínimo da chamada vintena (20 unidades) de cigarros no varejo subirá dos atuais R\$ 5 para R\$ 6,50 em setembro. Já o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) do maço e do box de cigarros passará a R\$ 2,25, contra R\$ 1,50 hoje. Isso ocorrerá em novembro.

Como a alíquota do IPI sobre o cigarro é específica e não um percentual do valor de venda, pode-se dizer que um maço ficará R\$ 0,75 (diferença entre o IPI anterior e o novo) mais caro, caso a alta do imposto seja integralmente repassada ao consumidor.

A última mudança no IPI foi em 2016. O governo não informou quanto prevê arrecadar com a tributação maior sobre os cigarros.

A Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo) diz concordar com a política de revisão do preço mínimo, mas é contra o aumento da alíquota de IPI. Os cigarros mais caros, diz, levarão o consumidor de baixa renda a recorrer aos contrabandeados.

Em nota, a Abifumo afirma que, com o IPI maior, a carga tributária total atingirá a máxima histórica em alguns estados, o que será repassado aos consumidores. "O decreto inevitavelmente acarretará no aumento do mercado ilegal, impactando diretamente a arrecadação tributária anual em um valor estimado em mais de R\$ 10 bilhões." Edson Vismona, presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), concorda. Ele diz que, após o aumento anterior do IPI, em três anos a pirataria de cigarros subiu de 30% para 57%. Esse percentual caiu na pandemia por causa da alta do dólar, mas, com uma carga tributária maior, estima-se que o índice de falsificação volte a ficar em torno de 60%.

-Além do contrabando direto do Paraguai, há uma rota na qual os cigarros passam por Bolívia, Chile, canal do Panamá, costa do Suriname para, enfim, desembarcar no Brasil. Essa diferença de preço atrai especialmente o consumidor de baixa renda -diz Vismona.

A Abifumo diz ainda que a medida pode estrangular o setor produtivo do tabaco, que hoje emprega direta e indiretamente mais de 2 milhões de pessoas.

A **Reforma Tributária** vai unificar o IPI com outros **tributos**, mas criará um Imposto Seletivo para itens prejudiciais à saúde, como o cigarro.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma: não cumulatividade e bens de uso e consumo pessoal - OPINIÃO JURÍDICA

Melina Rocha é consultora internacional para o BID e especialista em IVA, doutora pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 e coordenadora executiva do GT IVA do NEF/FGV-SP

Um dos pilares da **reforma tributária** é a não cumulatividade dos novos **tributos** - o IBS e a CBS. Como **tributos** do tipo IVA (Imposto sobre o Valor Agregado), o IBS e a CBS são plurifásicos, incidindo sobre todas as operações com bens e serviços ao longo da cadeia produtiva. Por ser um tributo sobre o consumo, o ônus econômico do IVA deve recair sobre o consumidor final.

Assim, para que não haja tributação em cascata e para assegurar a desoneração no meio da cadeia, o IVA é não cumulativo. Na prática, a não cumulatividade significa que os adquirentes no meio da cadeia podem tomar crédito do tributo pago nas suas aquisições de bens e de serviços, o que faz com que não sejam onerados.

A Emenda Constitucional (EC) nº 132/23 diz que o IBS e a CBS serão não cumulativos, compensando-se os **tributos** devidos pelo contribuinte com os montantes cobrados sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bens ou serviços. Essa redação é mais ampla do que a regra da não cumulatividade existente em outros países. A Diretiva Europeia do IVA prevê que o sujeito passivo tem direito à dedução "quando os bens e os serviços sejam utilizados para os fins das suas operações tributadas". No Canadá, permite-se o creditamento do imposto pago na aquisição de bens e de serviços que sejam utilizados em atividades comerciais. Já na Nova Zelândia, o imposto suportado nas aquisições pode ser deduzido na medida em que os bens ou serviços sejam usados para a realização de fornecimentos tributáveis.

Percebe-se que a regra do creditamento nesses países sempre traz um condicionante: a utilização das aquisições para fins de operações tributadas ou atividades comerciais.

A EC 132/23, ao contrário, não trouxe condicionante similar para a tomada do crédito, já que menciona expressamente que todas as aquisições de bem ou de serviço darão direito ao crédito. A EC 132/23 optou por delimitar o creditamento não através de condicionantes para o seu exercício, mas por suas

exclusões: as aquisições de bens e serviços consideradas de uso ou consumo pessoal e as hipóteses previstas pela própria Constituição.

O objetivo da restrição do crédito relativo a bens e serviços de uso e consumo pessoal é tributar situações de consumo final e privado do próprio contribuinte ou de pessoas a ele relacionadas. Por serem aquisições que não têm relação ou não são necessárias para as atividades econômicas do contribuinte, o crédito do IVA pago nessas aquisições não é devido. O PLP 68/24 já aprovado na Câmara dos Deputados elenca as hipóteses de bens de uso e consumo pessoal que não darão direito a crédito: joias, pedras e metais preciosos, obras de arte e antiguidades de valor histórico ou arqueológico, bebidas alcoólicas, derivados do tabaco, armas e munições, e bens e serviços recreativos, esportivos e estéticos.

Esse tipo de restrição ao creditamento também é comum em outros países. Na França, além da regra geral de ineditabilidade de créditos relativos a bens e serviços adquiridos para fins privados e que não tenham ligação direta com operações tributáveis, veda-se também o creditamento de bens fornecidos gratuitamente, especialmente a título de salário, gratificação, bonificação ou presente, qualquer que seja o beneficiário. Além disso, o crédito também é vedado quanto às despesas de habitação efetuadas em benefício de dirigentes ou colaboradores da empresa, e relativas a veículos e serviços de transporte de passageiros. No Canadá, o crédito é vedado: i) no caso de bens ou serviços destinados ao uso, consumo ou benefício pessoal de empregado ou parente do inscrito; ii) na locação, arrendamento ou licença, para consumo, uso ou benefício pessoal de um indivíduo relacionado ao inscrito; iii) e em casos específicos, em que o creditamento é parcial, como na aquisição e aluguel de veículo de passageiros e aeronaves e nas despesas com alimentos, bebidas ou entretenimento, qualquer que seja a finalidade.

Além da restrição ao creditamento, uma outra maneira de se tributar esse consumo final é através da incidência do IVA sobre o fornecimento de bens de uso e consumo pessoal a pessoas relacionadas. Esse é o caso da Nova Zelândia, que determina a aplicação do IVA sobre "fringe benefits". Essa tributação se fundamenta no fato de que o empregador está

fornecendo bens e serviços para consumo pessoal do empregado, e esse fornecimento deve ser tributado da mesma maneira que os bens e serviços fornecidos diretamente por terceiros.

O PLP 68/24 trouxe tal previsão ao determinar a incidência do IBS e da CBS sobre o fornecimento não oneroso ou a valor inferior ao de mercado de bens e serviços para uso e consumo pessoal do próprio contribuinte, quando este for pessoa física, ou de empregados, sócios, acionistas, administradores e membros de conselhos do contribuinte. O projeto traz uma lista exemplificativa dos bens de uso e consumo pessoal sobre os quais haverá incidência do IBS e da CBS: habitação, veículo, equipamentos e serviços de comunicação, saúde, educação, alimentação, bebidas e seguro, salvo se utilizados exclusivamente na atividade econômica do contribuinte.

A tributação do fornecimento de bens e serviços para uso e consumo pessoal de pessoas relacionadas ao contribuinte, na linha do PLP 68/2024, é medida correta e indispensável para se cumprir o princípio da neutralidade e evitar diferenças na tributação entre o fornecimento feito por meio do contribuinte e aquele realizado diretamente pelo fornecedor.

Melina Rocha é consultora internacional para o BID e especialista em IVA, doutora pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 e coordenadora executiva do GT IVA do NEF/FGV-SP

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187945>

Desoneração da folha aguarda solução - ENTRE ASPAS

Com o fim do recesso parlamentar, Senado e Planalto deverão retomar a negociação para a definição das fontes de recursos estimados em R\$ 17 bilhões, destinados a manter o equilíbrio fiscal, de forma a viabilizar a manutenção da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia neste ano, incluindo a construção.

O prazo para se chegar a uma solução negociada, prorrogado pelo STF, vence em 11 de setembro.

O governo havia proposto aumentar a CSLL em 1 ponto percentual, o que foi rejeitado pelas lideranças dos partidos, por representar aumento de carga tributária para todos os setores.

Já o Senado apresentou sugestões que não constituem aumento de **tributos** nem criação de **impostos**: novo programa de repatriação de recursos no exterior; programa de regularização de ativos nacionais existentes não declarados; atualização de valores de ativos; programa de estímulo ao pagamento de multas em agências reguladoras; utilização de recursos esquecidos do sistema financeiro nacional; uso de depósitos judiciais sem titularidade e novos cortes de despesas.

Adicionalmente, podem ser destinadas verbas vindas das taxações sobre apostas esportivas e compras de até 50 dólares.

Se houver acordo e a conta fechar, o Senado terá condições de votar o projeto de lei que institui a reoneração gradual da folha a partir de 2025. Posteriormente, o projeto ainda deverá passar pela Câmara dos Deputados.

Mas para tanto é indispensável que o Planalto se empenhe e busque instituir e complementar as medidas propostas pelo Senado.

Quando há vontade política, as verbas aparecem, como disse o próprio presidente Lula, quando foi necessário buscar verbas destinadas ao Rio Grande do Sul, por ocasião da catástrofe climática: "Se a gente ficar cavando, vamos encontrar os recursos necessários.

"Planalto precisa buscar recursos para viabilizar o acordo com o Senado"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"É hora de usar o dinheiro de forma mais inteligente"

VIVIAN OSWALD economia@oglobo.com.br BRASILIA

Mavis Owusu-Gyamfi / presidente e ceo do centro africano para a transformação econômica (acet)

Enquanto as 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia (UE) e a União Africana (UA) discutem formas de financiar as grandes questões globais, a anglo-ganense Mavis Owusu-Gyamfi afirma que é preciso, antes de mais nada, buscar eficiência nos gastos atuais dos países com políticas sociais nos níveis regional, nacional e global.

Presidente e CEO do Centro Africano para a Transformação Econômica (ACET) - instituto de política econômica da África, think tank que faz parte do T20 desde 2017, o grupo de engajamento da academia no G20 -, ela não acredita em números mágicos para o tamanho da conta dos desafios globais a serem pagos lá na frente.

Há mais de 25 anos tratando de políticas econômicas e sociais na África, Ásia e Caribe, em instituições como o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, Save the Children, e o Poder da Nutrição, Owusu-Gyamfi diz que nada melhor do que correr atrás de recursos próprios, que podem ser usados sem tantas condicionalidades e controle de terceiros.

Segundo ela, a média de eficiência de gastos na África é de 39%, variando de zero em Ruanda a 70% na Nigéria e em Angola. Veja a seguir os principais trechos: Os desafios globais apontados pelo G20 têm um custo. Quanto podem custar ao mundo?

Gostamos de agrupar os números. Neste momento, todos se concentram no US\$ 1 trilhão de que precisamos até 2030 para ultrapassar a linha de onde estamos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e para nos recuperarmos da crise multipolar. Esses números são calculados de maneiras diferentes, a depender de quem faz as contas. Se você é uma organização da sociedade civil, um país receptor ou doador, a interpretação do que está contido nesse trilhão varia. É ótimo ter um número ousado, mas não creio que isso importe muito.

Porquê?

Gastamos muito tempo correndo atrás de números e vemos que, mesmo quando os países do G20 têm compromissos, quando você vai ver, há várias questões, tipo financiamento duplicado. Até que ponto é necessidade real de dinheiro? Vamos ficar com os números que temos e gastar mais tempo destrinchando o que é necessário em nível nacional, sub-regional e regional. Vamos dedicar mais tempo à análise do financiamento para infraestruturas. A África tem um enorme déficit neste segmento. São cerca de US\$ 100 bilhões por ano.

É um valor importante...

Quando se fala sobre infraestrutura e se diz que estamos procurando US\$ 100 bilhões, você sabe o que está medindo de forma tangível. Você olha para estradas, energia, infraestrutura digital, água. São coisas mensuráveis. Minha recomendação seria: vamos parar com a coisa de tentar chegar a um número imenso e olhar para as questões e tópicos que precisam ser financiados. Sabemos que precisamos destes US\$ 100 bilhões por ano para construir o tipo de infraestrutura de que o continente precisa para crescer. De onde virá esse dinheiro? Olhando para alguns dos ODSs, vemos uma lacuna estimada em US\$ 1 trilhão só no continente africano. Quanto será destinado à educação e à saúde? Quando sabemos o que realmente estamos procurando, e olhamos para as fontes de financiamento, obtemos a combinação certa de recursos e regras financeiras para preencher essa lacuna. Podemos fazer um trabalho melhor para monitorar qual tem sido o progresso. Sempre que se vem com o grande número, significa a um só tempo tudo para todos e nada para ninguém.

A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada pela presidência brasileira do G20, conecta países com projetos a serem realizados de um lado, doadores e prestadores de apoio técnico, de outro. É disso que a senhora fala?

Concordo quando falamos sobre o compromisso do Brasil com o desafio da segurança alimentar, a maneira de construí-lo. Se olharmos para o continente, podemos ver que há dados suficientes para agregarmos quais são as necessidades alimentares e os níveis de produção e capacidade produtiva. Há espaço para saber quanto custará para aumentar essa capacidade produtiva. Há espaço para vermos quanto

estamos importando e o que está nos custando importar e quanto é isso em dólar. Você tem algo tangível. E esta é a fotografia para 2024. É aqui que enfrentamos todas as crises. Assim, podemos monitorar o que está sendo feito. Daqui a cinco anos, quando olharmos para os dados, será possível constatar se houve progresso e se precisamos de menos dinheiro do que imaginávamos.

De onde virão esses recursos de maneira realista?

Existem níveis de financiamento. Sempre começo com o doméstico. Quando você tem seu próprio dinheiro, tem mais controle. Faz o que deseja sem tantas condicionalidades, com exceção dos mecanismos de controle do sistema para a responsabilização dos atos. Existem algumas maneiras de se buscar mais dinheiro. A primeira é encontrar eficiência nas despesas públicas atuais. Falo sempre sobre a infraestrutura pública digital da Índia, onde o presidente (Narendra) Modi anunciou infraestrutura pública digital abrangente para digitalizar tudo e reduzir o custo da prestação de serviços através da digitalização. Agora, poupam cerca de US\$ 1 bilhão por mês em todo o continente. Se pudessemos economizar US\$ 1 bilhão por mês na África, ajudaria muito.

Quais são as outras opções?

Outra maneira é pela eficiência de destinação dos gastos. Temos uma lacuna de eficiência. Essa média é de 39% no continente africano. Vai de zero em Ruanda a 70% na Nigéria e em Angola. Ou seja, em média, no continente, apenas 39% do nosso dinheiro está sendo usado de forma eficiente, quando investimos em infraestrutura e escolas. Então, significa que estamos desperdiçando dinheiro. Não estamos falando só dos nossos recursos internos, mas de empréstimos, pelos quais ainda temos que pagar juros. Outra parte desta aposta na eficiência é valorizar e gerir melhor os nossos ativos governamentais. Nossos governos são donos de empresas, bancos, investimentos, etc. Conhecemos o valor real destes investimentos? Isso está nos rendendo dinheiro ou dando prejuízo? Podemos estar sentados em ativos que podíamos usar se fossem liquidados.

Estamos falando de transparência aqui, não?

Sim. Outra área de onde podemos tirar mais recursos é dos fluxos de recursos ilícitos, que deveriam ser prioridade para o G20. Os números podem estar na casa dos US\$ 50 bilhões ou US\$ 100 bilhões. Trata-se de um dinheiro que está sangrando através da corrupção ou que sai dos países ilegalmente através de empresas. Estou falando de fluxos financeiros

ilícitos para fora da África, mas algumas das empresas que estão retirando o dinheiro são empresas globais que operam na África e não pagam **impostos** na África. A UA diz que há dois lados. Um deles é o dinheiro que flui através da corrupção dos nossos próprios líderes. Outro é o dinheiro que desaparece em **impostos** sobre grandes corporações porque o sistema fiscal global não nos favorece. Isso é uma questão para o G20. Veja quanto dinheiro as empresas digitais estão investindo na África e o quanto estão se beneficiando.

Como mudar a arquitetura financeira global para financiar os desafios adiante?

Precisamos fazer um melhor trabalho de alavancagem do dinheiro que vai para o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Vamos usar o dinheiro que temos agora ou vamos tornar as fontes que temos mais inteligentes para fazer o que precisa ser feito antes de procurarmos mais dinheiro? O problema é que continuamos pedindo e está caindo em ouvidos surdos. E hora de usar o dinheiro de forma mais inteligente. Demonstrar o que podemos fazer com ele.

Até 2025, quatro países em desenvolvimento terão comandado o G20, antes de passar o bastão aos EUA. Isso impulsiona a pauta mais social?

Houve impulso em alguns tópicos. O que começou na Indonésia, seguiu para a Índia e o Brasil. Agora, vai para a África do Sul. Esse ímpeto nos deu algumas vitórias. Vamos usá-las para mostrar que, continuando a colaborar, mesmo sob um Trump, conseguiremos.

"Vamos parar com a coisa de tentar chegar a um número imenso e olhar para as questões e tópicos que precisam ser financiados"

"Existem algumas maneiras de se buscar mais dinheiro. A primeira é encontrar eficiência nas despesas públicas atuais"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Flávio Dino estabelece regras para as chamadas emendas Pix

Flávia Maia De Brasília

No primeiro dia após o recesso do Judiciário, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, determinou uma série de medidas para regulamentar os repasses de emendas parlamentares ao Orçamento. Relator das ações sobre o tema que tramitam na Corte, Dino deu uma guinada rumo ao que ele chamou de "fim definitivo" da prática do orçamento secreto no Brasil.

Nesse sentido, concedeu liminar na qual estabelece condições para as transferências das chamadas emendas Pix e dá um prazo de 90 dias para que esses repasses sejam auditados. Em outra frente, deu prazo de 30 dias para que Executivo e Legislativo esclareçam que medidas estão sendo tomadas para garantir a rastreabilidade e publicidade de verbas indicadas por congressistas.

Na liminar sobre as emendas Pix, Dino manteve as transferências, mas com condicionantes. Uma das determinações é que o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) fiscalizem essa modalidade de emendas, inclusive quanto às transferências realizadas anteriormente à decisão. Caberá à CGU realizar a auditoria das emendas Pix em 90 dias.

Dino também solicitou que, nesse mesmo prazo de 90 dias, seja aberta uma conta exclusiva para administração dos valores em favor de municípios e Estados, como forma de assegurar a transparência, a rastreabilidade e permitir a fiscalização orçamentária.

Os beneficiados por emendas Pix também devem inserir previamente na plataforma Transfere.gov.br o recebimento dos recursos, a destinação, o plano de trabalho, finalidade e a estimativa de recursos. O ministro condiciona que o Executivo só poderá liberar os recursos das emendas Pix após o atendimento da obrigação pelos destinatários da emenda.

No intuito de facilitar o rastreio das verbas, o ministro restringiu a distribuição das emendas Pix por parlamentares aos Estados - e seus municípios - nos quais os deputados ou senadores foram eleitos, salvo se o projeto for de âmbito nacional e a execução ultrapasse os limites territoriais **impostos**.

Para evitar mau uso do dinheiro na área de saúde, o relator condiciona os repasses da área aos casos em que haja parecer das instâncias competentes do Sistema Único de Saúde (SUS) no sentido de que há cumprimento das regras técnicas no projeto onde o dinheiro vai ser aplicado. As ONGs e demais entidades do terceiro setor devem prestar contas.

"A transparência requer a ampla divulgação das contas públicas, a fim de assegurar o controle institucional e social do orçamento público. Por sua vez, a rastreabilidade compreende a identificação da origem e do destino dos recursos públicos", escreveu o ministro na liminar.

Também na quinta (1 -), Dino realizou audiência de conciliação sobre o orçamento secreto, baseado nas chamadas emendas de relator, considerado inconstitucional pelo Supremo em 2022. O objetivo é verificar se a prática foi mesmo extinta. O ministro deu prazo de 30 dias para que os Poderes Executivo e Legislativo esclareçam os procedimentos adotados para garantir a rastreabilidade e a publicidade dos dados orçamentários relativos ao repasse de todas as modalidades de emendas parlamentares. Durante a reunião, membros do Executivo e do Legislativo divergiram sobre a competência da gestão das informações e os locais onde estão alocados os repasses.

O mesmo prazo de um mês foi dado para que a CGU indique os 10 municípios mais beneficiados por emendas parlamentares nos anos de 2020 a 2023. A CGU também deve informar o tipo de emenda, os anos, a tramitação, os estágios das obras ou ações para as quais foram destinadas as verbas e como os municípios estão dando transparência sobre o uso do recurso. O órgão de controle também deve fazer uma análise de risco e eficiência sobre as emendas de comissão (RP8) em execução e as executadas em 2024.

Ainda, Dino determinou que em 90 dias a CGU faça auditoria de todos os repasses de emendas parlamentares, de qualquer modalidade, em benefícios de ONGs e demais entidades do terceiro setor, realizados nos anos de 2020 a 2024. Também solicitou que organizações não governamentais prestem contas.

Ficou agendada também uma próxima reunião na terça-feira (6) entre técnicos do Executivo e Legislativo para deliberar sobre como as informações devem ficar transparentes e acessíveis à população.

Durante a abertura da conciliação, Dino lembrou que a decisão do Supremo sobre orçamento secreto não é restrita à RP9 - emendas do relator -, mas prevê transparência e publicidade dos repasses e uso do dinheiro público. "O Supremo não declarou inconstitucional a falta de transparência na RP9, a razão de decidir do Supremo foi que qualquer modalidade de orçamento secreto fica banida e é o fenômeno assentado na jurisprudência do Supremo da chamada continuidade normativa, ou seja, não basta mudar o número para mudar a essência", afirmou.

Dados apresentados ao Supremo mostram que a União já transferiu mais de R\$ 15 bilhões em emendas individuais por transferências desde 2020, e empenhou mais de R\$ 20 bilhões ao todo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187945?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187945?page=1§ion=1)**

Em decisão dividida, BC britânico sai na frente do Fed e corta taxas

Chelsey Dulaney e Will Horner Dow Jones Newswires, de Londres

O Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) cortou sua taxa referencial de juros pela primeira vez em mais de quatro anos ontem, deixando o Federal Reserve (Fed, dos Estados Unidos) entre um número cada vez menor de bancos centrais que ainda não cortaram os custos dos empréstimos diante da **inflação** em queda.

O banco central britânico reduziu sua taxa básica em 0,25 ponto percentual, para 5%. No último ano, a autoridade monetária manteve os juros no patamar mais elevado desde 2008, afetando os empréstimos e aumentando a pressão sobre o altamente endividado governo do Reino Unido. Os investidores vinham aguardando a reunião divididos sobre se o banco central cortaria as taxas agora ou aguardaria por mais sinais de recuo da **inflação**.

A **inflação** no Reino Unido retornou para a meta de 2% ao ano do banco central. Mas as autoridades monetárias continuavam cautelosas com a **inflação** elevada de serviços, que atingiu inesperados 5,7% em junho. Fatores pontuais como um aumento nos preços das diárias dos hotéis, motivados por uma turnê da cantora Taylor Swift, e aumentos anuais nos contratos de telefonia vinculados à **inflação** foram parcialmente responsáveis, de acordo com economistas.

No fim, cinco dos dirigentes do banco central britânico votaram pelo corte de 0,25 ponto, enquanto quatro votaram pela manutenção das taxas, não convencidos de que a **inflação** no Reino Unido esteja suficientemente controlada.

Bancos centrais do mundo todo vêm lutando para decidir a velocidade com que devem reduzir os custos dos empréstimos, cautelosos para evitar estimular a atividade econômica antes que a **inflação** esteja totalmente controlada. Os mercados de trabalho começaram a esfriar, mas as taxas de desemprego no Reino Unido e no mundo desenvolvido continuam próximas das suas mínimas históricas.

Na quarta-feira, o Fed optou por manter as taxas de juros americanas inalteradas em uma faixa de 5,25% a 5,5%, o nível mais alto em duas décadas. Mas o presidente do Fed, Jerome Powell, sinalizou que as

autoridades vão cortar as taxas em setembro.

Embora o Fed tenha permanecido firme, a decisão do Banco da Inglaterra o alinha com a maioria dos outros bancos centrais de países desenvolvidos, que começaram a reduzir cautelosamente os juros. Mas as taxas não deverão retornar logo aos níveis mínimos vistos antes da crise da **inflação**.

"As pressões inflacionárias diminuíram o suficiente para que pudéssemos cortar as taxas de juros hoje [ontem]. Mas precisamos nos certificar de que a **inflação** permaneça baixa, e ter cuidado para não cortar as taxas muito rapidamente, ou cortar demais", disse o presidente do Banco da Inglaterra, Andrew Bailey, após a decisão.

O BoE acredita que a **inflação** aumentará ligeiramente no Reino Unido nos próximos meses, para cerca de 2,75%. Autoridades disseram que as taxas precisam "continuar restritivas por um tempo suficiente", até que elas estejam confiantes que a **inflação** voltará a convergir para a meta.

Enquanto isso, as perspectivas de crescimento do Reino Unido melhoraram após um longo período de estagnação. O banco central disse que agora espera um crescimento de 1,25% para o ano, comparado à previsão anterior de 0,5%. Mesmo assim, as autoridades acreditam que esse ímpeto vai esmorecer à medida que o impacto dos juros altos pesar sobre as empresas e os consumidores. A expectativa é que o crescimento econômico deverá desacelerar para 1% em 2025.

O Reino Unido vem lutando com uma **inflação** particularmente teimosa, em parte devido aos efeitos do Brexit e a uma escassez de mão de obra, que levaram o BoE a adotar uma das mais agressivas campanhas de aperto dos juros no mundo desenvolvido. O BC britânico aumentou sua taxa referencial em mais de 5 pontos percentuais em um ciclo iniciado no fim de 2021, meses antes que o Fed e outros bancos centrais de economias desenvolvidas começassem a elevar suas taxas.

Os investidores também estão esperançosos que o novo governo trabalhista inaugurará um período de estabilidade política no Reino Unido. Isso ajudou a libra a se tornar a moeda forte com o melhor

desempenho em relação ao dólar este ano.

Mas a capacidade do governo de lidar com os problemas econômicos de longa data do Reino Unido, que incluem um sistema de saúde pública sobrecarregado e infraestrutura envelhecida, é limitada pelo elevado endividamento do país, que já ultrapassa 100% do **PIB**. Na segunda-feira, a ministra das Finanças, Rachel Reeves, anunciou planos para reduzir os gastos com infraestrutura e sociais e sinalizou que os **impostos** poderão aumentar ainda neste ano.

O Swiss National Bank iniciou o ciclo de flexibilização da política monetária no mundo desenvolvido em março. O Banco Central Europeu (BCE) o seguiu, com um corte nos juros. Os bancos centrais da Suécia e Canadá também reduziram suas taxas nos últimos meses. O Banco do Japão continua "remando contra a maré", tendo abandonado sua política monetária ultrafrouxa em abril e, na quarta-feira, aumentado sua taxa básica de juros para 0,25%.

"Precisamos ter cuidado para não cortar as taxas de juros muito rapidamente, ou cortar demais" Andrew Bailey

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187945>

Mercado prevê taxa básica de juros sem alteração até o fim deste ano

DANIEL TOZZI MENDES GABRIELA JUCÁ

O **comunicado** da reunião de anteontem do Comitê de Política Monetária (Copom), que manteve a taxa Selic em 10,5%, gerou avaliações distintas no mercado financeiro. Enquanto parte dos agentes avaliou o tom da comunicação como mais austera (hawkish, no jargão do mercado) do que o anterior, alguns analistas aguardavam um posicionamento mais duro por parte do comitê, dada a deterioração das expectativas de **inflação** nos últimos meses e a pressão sobre o câmbio.

Ainda assim, o cenário não alterou a mediana das expectativas para o nível da Selic em 2024 (10,5%) e 2025 (9,5%). A maioria das casas (24 de 41 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast, ou 58,5%) vê o juro inalterado até dezembro deste ano e retomada do afrouxamento monetário em algum momento de 2025.

A economista para Brasil do BNP Paribas, Laiz Carvalho, avalia que o BC optou por uma estratégia de "falar menos" no **comunicado** da última reunião para não se comprometer com movimentos futuros.

Para 2025, a expectativa do BNP é de retomada do afrouxamento monetário, com a Selic encerrando no próximo ano em 9,50% e nesse nível dentro do horizonte relevante, no primeiro trimestre de 2026. Laiz diz, porém, que o retorno do ciclo de queda da Selic deve acontecer mais próximo do meio do que do início de 2025.

PROGNÓSTICO. O economista-chefe da Porto Asset, Felipe Sichel, por outro lado, prevê que a Selic deverá ficar parada no atual nível até o fim de 2025.

Ele cita que o prognóstico está condizente com um ambiente de atividade doméstica resiliente, expectativas de **inflação** acima da meta e a avaliação do BC de que o juro em 10,5% ainda é restritivo.

Para ele, porém, é importante analisar como se dará o ciclo de afrouxamento monetário nos Estados Unidos, à medida que a retomada do ciclo de queda no juro americano se aproxima.

"Uma coisa é o Fed (Federal Reserve, o BC americano) cortar juro porque quer, outra coisa é

cortar se precisa", diz o economista, citando a possibilidade de a economia dos Estados Unidos desacelerar além do esperado.

Este cenário em que o juro americano precisa cair mais rapidamente que o previsto hoje pelo mercado tende, na avaliação de Sichel, a interferir na função do BC. Ele aponta que uma economia dos Estados Unidos que desacelera mais fortemente pode, por um lado, trazer riscos também para a atividade doméstica.

POSSÍVEL ALTA. Embora ainda não esteja no cenário-base da maioria das casas, uma possível alta nos juros ainda neste ano está no radar de parte dos analistas.

Para o economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski, há uma chance de 30% de haver elevação do juro básico em 2024, dada a "persistente fraqueza" da cotação do real em um ambiente de incertezas fiscais "remanescentes".

O UBS BB também vê uma possibilidade de 30% de alta na Selic, mas já na próxima reunião do Copom, em setembro, como efeito do fator cambial e, principalmente, de um fiscal "aquém das expectativas" do mercado.

Chance de alta da Selic Apesar de a maioria dos analistas considerar que a Selic ficará em 10,5%, há aqueles que preveem alta

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bloqueio preventivo

GERALDA DOCA E CÁSSIA ALMEIDA
ecocxxniaeoglobo.com br BRASÍLIA E RIO

POUPANDO PARA TER ONDE CORTAR - O Governo Luiz Inácio Lula da Silva decidiu adotar um controle preventivo de despesas para garantir que a meta de resultado das contas públicas, que estabelece déficit zero, será cumprida. Com a norma, na prática, os ministérios não poderão gastar cerca de R\$ 47 bilhões até setembro para despesas de investimento e custeio da máquina pública (como contas de luz e de água).

A regra foi estabelecida no decreto de programação orçamentária e financeira, publicado no fim da noite de terça-feira, e assinado pelo presidente Lula. Esse decreto foi publicado para estabelecer quais áreas seriam afetadas pelo congelamento de R\$ 15 bilhões em gastos, que já havia sido anunciado pela equipe econômica.

O mesmo decreto, porém, impede que os ministérios usem todo o dinheiro "restante" até setembro. A regra irritou integrantes de outras áreas do governo, fora da equipe econômica, que foram pegos de surpresa com o congelamento preventivo.

Pela norma, só será possível gastar 35% dos recursos disponíveis até setembro. Até novembro, será permitido gastar mais 35%. Em dezembro, os 30% restantes. Em setembro e em novembro serão publicados dois novos relatórios de avaliação do comportamento das receitas e das despesas.

NO LIMITE DA META

Esses dois novos relatórios podem indicar a necessidade de o governo bloquear mais gastos para cumprir a meta fiscal. Por isso, a equipe econômica resolveu segurar a permissão para as demais áreas do governo gastarem.

O governo considera difícil rever a contenção de despesas de R\$ 15 bilhões. Por isso, os ministérios já dão esse dinheiro como perdido. Desse total, R\$ 11,2 bilhões foram bloqueados. São despesas que estavam acima do autorizado pelo Orçamento, portanto, não há como serem recompostas. Especialistas em contas públicas estimam que seja necessário congelar mais R\$ 25 bilhões para ficar dentro do limite da meta. Em 2024, o alvo é déficit zero, mas há uma margem de tolerância: se o país tiver déficit de até 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o equivalente a R\$ 28,8 bilhões, ainda assim a meta será considerada

cumprida. As projeções do mercado, porém, ainda estão distantes e indicam déficit de 0,7% do **PIB** este ano, de acordo com o Boletim Focus.

Considerando o que os ministérios já empenharam (se comprometeram a gastar) neste ano e descontando os R\$ 15 bilhões congelados, há cerca de R\$ 49 bilhões disponíveis para despesas de investimento e custeio até o fim do ano.

Pela regra do decreto, os ministérios só poderão gastar, desse total, R\$ 17 bilhões em agosto e setembro. Dessa forma, na prática, o esforço fiscal da Esplanada será equivalente aos R\$ 15 bilhões já congelados e o valor que não poderá ser gasto neste bimestre, de R\$ 32 bilhões. No total, são R\$ 47 bilhões "na gaveta" nesse período.

Mantido o cenário atual, outros R\$ 17 bilhões seriam gastos em outubro e novembro. E todo o restante em dezembro.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, disse ao GLOBO que, apesar do bloqueio de R\$ 15 bilhões ser elevado, a previsão de déficit nas contas públicas está próxima do limite da meta.

- Vamos supor que tenha uma surpresa de R\$ 2 bilhões de uma receita que veio a menos e uma despesa que veio a mais. Eu descumpriria a meta de (resultado) primário com todas as sanções que o presidente, que o governo teria, contingenciamento e despesa menor em 2026. Para evitar que se chegue no fim do ano correndo o risco de descumprir, a gente está faseando.

O secretário afirmou que a pasta vai monitorar mais de perto os empenhos. Segundo ele, se algum ministério precisar de mais recursos, pode ser solicitado e isso poderá ser alterado.

-A regra geral é: você vai poder usar mais aqui, mas depois a gente vai bloquear á frente -disse o secretário.

Para Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público da FGV e ex-secretário de Política Econômica, na prática o governo bloqueou todo o Orçamento discricionário (não obrigatório), deixando uma cota para os ministérios. A medida, na opinião do especialista, aumenta a capacidade de gestão do ministério: -A execução orçamentária ficou

muito frouxa no início do ano, no primeiro semestre. Isso diminuiu muito a capacidade da equipe econômica de contingenciar. Então, estão fazendo isso para ver se ganham um pouco mais de liberdade, caso tenham que contingenciar um pouco mais lá na frente.

Segundo Pires, se "eles não criarem esse sistema de racionamento de despesa discricionária, a possibilidade de cortarem gastos lá na frente vai ser muito limitada".

PASTAS FAZEM AS CONTAS

Jeferson Bittencourt, head de Macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro, avalia que esse cronograma de gasto é fixado já no início do ano, mas o governo apertou a execução no segundo semestre: - Sempre existiu esse cronograma de gastos, mantendo um limite mensal de 1/12 do que o ministério estava autorizado a gastar. O que o governo fez foi apertar mais esse limite até setembro, mantendo apertado em outubro e novembro.

Para ele, a impressão que passa é que o governo mantém uma preocupação de que novos bloqueios e contingenciamentos vão ser necessários no relatório de setembro (de avaliação de receitas e despesas): - Acho que o mercado entende que o governo tem trabalho a fazer para cumprir a meta. O governo mudar a liberação mostra um esforço para ter espaço para fazer esse trabalho.

Alguns ministérios fazem contas para saber como serão afetados. A pasta das Cidades, por exemplo, dos R\$ 15 bilhões que tinha como dotação, só restam R\$ 3 bilhões. Os técnicos dizem que isso deve afetar obras de saneamento. O Ministério da Educação também deve segurar empenhos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Receitas incertas e gastos da Previdência pressionam contas

CÁSSIA ALMEIDA

A iniciativa do governo de segurar preventivamente mais gastos do que os R\$ 15 bilhões já congelados em meados de julho pode estar relacionada à frustração de receita com duas contas importantes para aumentar a arrecadação que, apesar de recorde, está abaixo do previsto pelo próprio governo, lembra a diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, Vilma Pinto: - Pelas nossas contas, será preciso um corte de R\$ 50 bilhões para chegar à meta de déficit zero ou ao menos R\$ 24 bilhões para cumprir a margem de até R\$ 28,8 bilhões de déficit.

Ela diz que a lei orçamentária prevê adicional de arrecadação de R\$ 168,3 bilhões, enquanto a estimativa da IFI está em R\$ 142,7 bilhões.

Pelo lado da despesa, a IFI estima que a Previdência vai consumir R\$ 949 bilhões, acima dos R\$ 923 bilhões previstos, valor que já foi revisado para cima quatro vezes este ano pelo próprio governo. O crescimento desse gasto obrigatório foi o principal motivo para o bloqueio de R\$ 15 bilhões feito em julho: - Na despesa destoa a **Previdência Social**. O número de beneficiários e também do Loas (orçamento da **seguridade social** no qual está incluído o Benefício de Prestação Continuado -BPC) está muito acima do que o governo está projetando e vem revisando para cima -diz Vilma Pinto.

Daniel Couri, consultor de Orçamento do Senado, diz que o congelamento maior, de R\$ 47 bilhões (leia mais acima), é uma "medida prudencial, sem dúvida, e há justificativa".

-Ainda há algumas linhas (do Orçamento) com bastante incerteza. Receita de **Carf** (Conselho de Administração de Recursos Fiscais), que teve a regra de desempate nos julgamentos alterada, dando a última palavra ao governo, com o chamado voto de qualidade, e concessão de ferrovias estão superestimados. E os benefícios previdenciários devem continuar aumentando.

Se o ano terminar como espera o governo atualmente, diz Couri, a despesa primária federal (antes do pagamento dos juros da dívida pública) crescerá, em valores correntes, R\$ 192,1 bilhões em relação a 2023 e R\$ 419,9 bilhões na comparação com 2022: -

Descontando a **inflação** no período, seria um avanço de cerca de 13% em apenas dois anos.

Jeferson Bittencourt, head de Macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro, também vê dificuldade na obtenção do volume de receitas esperado pelo governo.

No **Carf**, respeitando o calendário das decisões no conselho, os recursos só começarão a entrar com mais força no ano que vem. Por isso, ele não prevê entrada superior a R\$ 8 bilhões nessa arrecadação adicional. O governo espera R\$ 37,7 bilhões: - Esse é ponto central da superestimação.

Com a renovação das concessões de ferrovias, Bittencourt diz que é "bem difícil ultrapassar" R\$ 4 bilhões. O governo, porém, espera contar com R\$ 10 bilhões.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar atinge maior valor em 2 anos e meio: R\$ 5,73

PAULO RENATO NEPOMUCENO

O dólar comercial fechou ontem em alta de 1,43%, a R\$ 5,7349 -a maior cotação desde 21 de dezembro de 2021 e a mais elevada do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nas casas de câmbio, a divisa era vendida a mais de R\$ 6.

Segundo analistas, essa valorização se deve a uma série de fatores. Pelo lado externo, há desde o temor de uma escalada do conflito no Oriente Médio e a queda das commodities como a alta do iene frente ao dólar. Aqui, pesam a incerteza fiscal e o que foi visto como um tom "menos severo" do que o esperado por parte do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, que na quarta-feira manteve a taxa básica de juros (Selic) em 10,5% ao ano.

- A interpretação de um Copom menos severo do que o esperado pelo mercado, que antevia um tom mais hawkish (de aperto monetário), somada ao maior ceticismo dos agentes em relação à realidade do cumprimento da meta de superávit primário, contribuiu para as pressões sobre o real -afirmou o economista da Rio Bravo Investimentos, José Alfaix.

Ele também criticou a falta de medidas concretas pelo lado fiscal: - Vemos muita retórica com compromisso fiscal, mas na prática não faz nada. Palavras ao vento não surtem efeito.

Em relatório divulgado ontem, analistas do banco UBS disseram ver 30% de chances de aumento na Taxa Selic em setembro. Eles lembram que o próprio Copom apontou o câmbio como um fator adicional de risco para a inflação. "Como a taxa de câmbio se tornou um risco, a ausência de uma resposta fiscal mais aparente que deprecie o câmbio poderia, na reunião de setembro, colocar o cenário em uma elevação da taxa de juros. O real precisa apreciar ou não depreciar mais para manter o cenário de taxas estáveis", afirma o relatório do UBS.

O movimento do iene também pesou no câmbio brasileiro. O BC japonês elevou os juros no país esta semana, para 0,25% ao ano, o que levou agentes de mercado a desfazerem posições conhecidas como carry trade (compra de moedas em países de juros baixos e a troca delas pela divisa de uma economia com juros altos). O iene se valorizou 0,2% frente ao

dólar, segundo a Bloomberg.

Além disso, o maior risco geopolítico no Oriente Médio, após o assassinato do líder do Hamas, também alimentou a valorização do dólar, considerado um ativo seguro.

Nas casas de câmbio, a moeda americana variou entre R\$ 5,94 e R\$ 6,10, em espécie, e R\$ 6,10 e R\$ 6,20, no cartão pré-pago.

Já o Ibovespa recuou 0,2%, aos 127.395 pontos.

- Há uma expectativa de menor crescimento na China, por isso Bolsas e commodities respondem. O Brasil é um grande exportador -afirmou Felipe Garcia, chefe da mesa de Operações do C6 Bank.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Projeção para o PIB deste ano tem viés de alta, diz IFI

Estevão Taiar De Brasília

O Produto Interno Bruto (**PIB**) pode crescer mais do que 2% em 2024, afirmou hoje a Instituição Fiscal Independente (IFI).

Em relatório, o órgão de monitoramento da política fiscal, ligado ao Senado Federal, diz que a sua projeção atual de expansão de 2% para a economia brasileira neste ano "tem viés de alta".

Segundo a IFI, a atividade econômica "continua a mostrar resiliência", com diversos indicadores indicando "crescimento entre abril e maio".

Um exemplo é o índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que teve alta de 0,2% em relação a abril (no cálculo sempre livre de fatores sazonais) e que deixa herança estatística de 0,6% para o segundo trimestre.

Isso significa que, se o IBC-Br permanecer em junho no mesmo patamar que estava em maio, terá alta de 0,6% na comparação entre o primeiro e o segundo trimestres, afirma o relatório da instituição fiscal.

Efeito Rio Grande do Sul

Com base no IBC-Br e nas pesquisas setoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes a maio, a IFI afirma que "os danos ao setor produtivo no Rio Grande do Sul foram significativos, especialmente na indústria em comparação com o comércio".

Mesmo assim, o crescimento do IBC-Br para o Brasil como um todo no período sinaliza que "o desempenho de outras regiões conseguiu compensar a queda" da atividade no Rio Grande do Sul.

"A sustentação do consumo de bens e serviços deve-se, em grande medida, ao dinamismo do mercado de trabalho, marcado pelo aumento do emprego e do rendimento real", afirma o relatório.

A IFI projetava até junho que o **PIB** do segundo trimestre ficaria estável em relação aos três meses anteriores.

"No entanto, a estimativa mais recente sugere uma

expansão de 0,5%", diz o documento. "Se a trajetória prevista para o segundo semestre, com um crescimento médio de aproximadamente 0,5%, se confirmar, a projeção de crescimento para 2024 pode chegar a 2,3%."

A projeção mediana do mercado para o crescimento do **PIB** deste ano, segundo a edição mais recente do Boletim Focus, é de 2,19%.

Já o Ministério da Fazenda projeta alta de 2,5%, enquanto o Banco Central (BC) calcula expansão de 2,3% para a economia brasileira no ano.

Desempenho de outras regiões deve compensar queda de atividade no Rio Grande do Sul

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187945?page=1§ion=1>

Dólar vai a R\$ 5,73 com temor de recessão nos EUA

Gabriel Caldeira, Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet e Eduardo Magossi De São Paulo (Colaborou Igor Sodré)

Os temores de recessão nos Estados Unidos vieram à tona na sessão de ontem e assombraram os mercados globais. Após o Federal Reserve (Fed, banco central americano) ter sido vocal ao abrir a porta para os juros americanos caírem em setembro, uma rodada de dados bem mais fracos que o esperado nos Estados Unidos levantaram preocupações sobre a saúde da economia americana e afetaram o humor dos investidores, com reflexos sobre o câmbio: o dólar subiu ao maior nível desde dezembro de 2021 e o Ibovespa caiu, em linha com o tombo sofrido pelas bolsas de Nova York.

Já havia uma desconfiança de parte do mercado após a indicação do presidente do Fed, Jerome Powell, de que uma redução nos juros já foi discutida na reunião desta semana. E, com o aumento no número de pedidos de seguro-desemprego na semana passada e a fraqueza da indústria americana em julho, de acordo com dados do ISM, o mercado passou a ficar desconfiado em torno de uma possível recessão nos EUA.

O modo de aversão a risco, assim, foi acionado nos mercados globais e, no Brasil, se refletiu sobretudo no comportamento do câmbio. O real se isolou como o pior desempenho do dia entre as 33 moedas mais líquidas acompanhadas pelo Valor, na medida em que a postura menos conservadora do que o esperado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) abriu a porta para uma nova rodada de depreciação da taxa de câmbio. O dólar, assim, fechou em alta de 1,43%, negociado a R\$ 5,7349, após ter ido a R\$ 5,7434 na máxima do dia.

O índice de atividade industrial do ISM, que caiu de 48,5 pontos em junho para 46,8 em julho, foi o que mais assustou os participantes do mercado. A economista Gisela Hoxha, do Citi, nota que o subíndice de emprego caiu a níveis vistos antes apenas durante a pandemia e a crise financeira de 2008. Ela observa, adicionalmente, que "informações não oficiais no relatório do ISM mencionam que empresas estão demitindo e congelando contratações".

Esses dados ligaram o sinal amarelo antes da

divulgação do relatório de empregos ("pay-roll") de julho nos EUA, que será divulgado na manhã de hoje, às 9h30. Há uma expectativa de cria o de 185 mil empregos, mas uma frustra o pode intensificar os temores relacionados a um desaquecimento mais intenso da economia americana e provocar perdas adicionais dos ativos de risco globais.

O economista-chefe da Bradesco Asset Management, Marcelo Toledo, acredita que a preocupa o com uma possível recessão nos EUA neste momento se mostra exagerada. Ele avalia que o cenário de pouso forçado ("hard landing") como improvável, uma vez que não v  desequil rios estruturais na economia dos EUA, mas sim uma desacelera o gradual.

Na visão de Toledo, o cenário econômico da China e a queda dos preços de commodities das quais o Brasil   exportador, como o minério de ferro e a soja, são dois riscos mais relevantes para a taxa de câmbio no momento. Para ele, parte da deprecia o recente do real não deve se sustentar diante do in cio dos cortes de juros nos EUA e um cenário fiscal estável, que não traga estresse adicional ao mercado.

Além do exterior, o mercado doméstico ainda reagiu   decisão do Copom, que foi lida por muitos agentes como menos "hawkish" (dura) que o precificado anteriormente nos mercados. Na avalia o da estrategista Andréa Kiguel, do Barclays, o mercado deve continuar a pressionar por eleva es nos juros no ambiente atual. Nesse sentido, o real "deve continuar a ter um desempenho inferior nesse ambiente, já que as autoridades precisam entregar resultados na frente fiscal e monetária para que a confiança seja restaurada".

Na avalia o de Marcelo Ferman, sócio e gestor da Parcitas Investimentos, o dólar depende de outros fatores além da condu o da política monetária doméstica. "Acho que, certamente, se [o Copom] fosse mais duro, teria sido bom para a moeda. Mas, em um dia como hoje [ontem], provavelmente estaria depreciando, talvez menos", diz o profissional.

"Eu vejo o real hoje como excessivamente depreciado, mas o meio do caminho, se eu estiver certo, não significa que ele não possa depreciar mais amanhã. O caminho   tortuoso. Se estiver muito desancorada a situa o dentro do Brasil, o BC vai ter de subir os

juros. De um jeito ou de outro, isso se resolve", afirma Ferman. No momento, ele diz ter posições vendidas em dólar contra real (aposta na queda da moeda americana) e compradas no Ibovespa (aposta na alta).

Vale notar que, ainda que a um ritmo bem menos intenso, o Ibovespa também foi afetado pelo mau humor global e fechou em queda de 0,20%, aos 127.395 pontos, revertendo o movimento positivo do começo do pregão.

Na visão do chefe comercial da corretora do C6 Bank, Adriano Yamamoto, a bolsa brasileira também sofreu com um movimento de realização de lucros, após a alta de 3,02% acumulada em julho. "Tudo está atrelado ao cenário macroeconômico global, principalmente à taxa de juros dos EUA. Boa parte da alta [do Ibovespa] de ontem [quarta-feira] foi muito em função da expectativa do mercado de cortes nos juros em setembro, que após a fala do [presidente do Fed, Jerome] Powell, atribuiu uma probabilidade maior de isso acontecer", diz o profissional.

Para Yamamoto, os mercados emergentes podem ser influenciados positivamente com o início de flexibilização das taxas de juros americanas em setembro, justamente por estarem bem conectados com a curva de juros dos EUA. "Se a curva de juros de lá começar a precificar um corte, a curva aqui responde da mesma forma", explica. No entanto, ele não espera um efeito positivo tão grande nos emergentes quanto nas bolsas de Nova York.

O mau desempenho do Ibovespa vem na esteira ainda da forte desvalorização das bolsas em Wall Street. O índice Dow Jones caiu 1,21%; o S P 500 recuou 1,37%; e o Nasdaq perdeu 2,30%. A fuga das bolsas foi tão forte que derrubou os rendimentos dos Treasuries de dez anos às mínimas desde fevereiro - a taxa caiu de 4,035% para 3,982%.

Para Seema Shah, estrategista-chefe da Principal Asset Management, o **comunicado** mais atenuado e equilibrado do Fed na quarta-feira não deve "enganar" ninguém. "O Fed analisa sua escolha de palavras por muito tempo, e a nova ênfase nos riscos de ambos os lados do mandato, controle de **inflação** e pleno emprego, acrescenta um leve toque "dovish" [suave], que abre a porta para o corte nos juros em setembro, que todos estão esperando", diz a profissional, ao observar a mudança no foco do Fed da **inflação** para o mercado de trabalho.

0,2% foi a queda do Ibovespa com o pessimismo global

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187945>

Fed pode se arrepender de não ter dado tiro de largada

Análise Aaron Back Dow Jones Newswires

Os investidores parecem ter ficado bastante confortáveis com a provável trajetória do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) no que resta de ano, que inclui um corte nas taxas de juro em setembro e mais uns dois em seguida. O que pode dar errado agora? Na verdade, muita coisa.

O Fed tentou não revelar muita coisa a respeito de suas intenções e limitou-se a uma declaração em que diz que os riscos entre inflação e desemprego "continuam a se mover na direção de um equilíbrio melhor". Na entrevista habitual, o presidente do Fed, Jerome Powell, insistiu mais uma vez em que as futuras medidas dependerão dos novos indicadores.

Mas os mercados parecem estar convencidos. Os futuros dos Fed funds embutem uma probabilidade de 100% de corte de juro em pelo menos 0,25 ponto percentual em sua próxima reunião, em setembro, e uma probabilidade de 27% de que o corte seja de meio ponto, de acordo com a ferramenta FedWatch do CME Group.

Além do mais, os mercados acham que o Fed deve fazer cortes de 0,25 ponto em cada uma das três reuniões restantes deste ano- setembro, novembro e dezembro -, com 86,4% de probabilidade de que a faixa esperada para as taxas no fim do ano seja igual ou fique abaixo da faixa de 4,50% a 4,75%. Hoje a faixa é de 5,25% a 5,5%.

Os investidores aderiram completamente a esse cenário na quarta-feira, e ações e bônus tiveram recuperação. Mas existem riscos de complacência em duas direções.

Em primeiro lugar, e acima de tudo, os investidores podem estar ficando otimistas demais a respeito da perspectiva de cortes, assim como estiveram no fim do ano passado, antes de baixarem as expectativas por causa de dados inesperadamente sólidos sobre a inflação no início de 2024. Não se sabe o que poderia causar uma recuperação da inflação desta vez, mas fatores geopolíticos são um candidato óbvio. A eclosão de uma guerra mais generalizada no Oriente Médio, por exemplo, pode fazer os preços de energia dispararem e causar pressões mais amplas nas cadeias de fornecimento internacionais.

Talvez o maior risco, no entanto, seja que o Fed aja devagar demais enquanto sinais de uma desaceleração econômica crescem. Anedotas do mundo empresarial americano nesta temporada de resultados tendem a sugerir que as coisas poderiam ser um pouco piores no mundo real do que os dados econômicos agregados e retrospectivos indicam até o momento. O executivo-chefe do McDonald's, Chris Kempczinski, por exemplo, disse que as pressões sobre os consumidores "se aprofundaram e ampliaram" ao longo deste ano.

Esse risco é exacerbado pelo cronograma do Fed para o restante do ano, que não prevê reuniões em agosto ou outubro. Isso significa que, se os dados sobre o mercado de trabalho começarem a ficar mais fracos em julho e agosto, e continuarem a enfraquecer depois disso, pode haver um intervalo de deterioração de vários meses antes que o Fed chegue ao momento de um segundo corte nas taxas, em sua reunião de 6 e 7 de novembro. É pouco provável que só um corte de um quarto de ponto nesse meio tempo seja suficiente para conter a desaceleração, em especial por causa da habitual demora para que a política monetária tenha efeitos na economia.

Esse não é o cenário base de ninguém no momento. É verdade que o ritmo de criação de empregos diminuiu um pouco nos últimos meses e a taxa oficial de desemprego subiu para 4,1% em junho, em comparação com 3,6% um ano antes. Mas, como Powell observou corretamente na quarta-feira, esse percentual ainda é baixo em termos de padrões históricos. Em sua entrevista, o presidente do Fed afirmou repetidas vezes que o esfriamento do mercado de trabalho até este ponto é um processo de normalização de seu estado anterior de superaquecimento, e não algo preocupante. Mas ele também admitiu que "não gostaria de ver um esfriamento significativo adicional no mercado de trabalho".

O que mais deve preocupar os investidores é que o Fed não se deu um tempo suficiente para responder de forma adequada se esse esfriamento adicional ocorrer. Isso ajuda a explicar por que os mercados futuros sugerem uma certa probabilidade de um corte de 50 pontos-base em uma das reuniões restantes neste ano. Se isso acontecer, o Fed pode se

arrepender de não ter dado o tiro de largada em julho.

Fed não se deu o tempo suficiente para responder de forma adequada se um esfriamento adicional ocorrer

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187945>

Mercado reduz aposta em alta da Selic em 2024

Gabriel Roca e Víctor Rezende De São Paulo

A recepção dos agentes locais à decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central foi mista. Enquanto parcela do mercado apostava e preferiria ver um tom mais duro na comunicação da autoridade monetária diante da recente depreciação do câmbio e da desancoragem das expectativas de **inflação**, outra parte dos investidores avaliou a **decisão** como equilibrada. Nesse contexto, as taxas de juros curtas fecharam o dia em leve queda, com a redução das apostas que o Banco Central retomará o aperto monetário nos próximos meses, enquanto as taxas longas subiram, com profissionais exigindo prêmios de risco maiores para carregar ativos brasileiros.

O mercado local também foi pressionado pelos temores de recessão na economia dos Estados Unidos, o que acabou afetando em cheio o real e as moedas de países emergentes.

No fim da sessão, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro para janeiro de 2026 cedeu de 11,625% para 11,565%, enquanto a do DI para janeiro de 2029 subiu de 11,99% para 12,025%. O dólar avançou 1,43%, cotado a R\$5,7349.

Na visão do gestor de renda fixa da Kinea Investimentos, Denis Ferrari, o **comunicado** do Copom foi bom e a autoridade fez um diagnóstico correto do cenário. A reação do mercado, assim, era bastante coerente até o cenário externo exibir uma piora forte e acabar contaminando os ativos locais.

"O **comunicado** mostrou preocupação, mas sem um certo exagero que parte do mercado gostaria. Acho o diagnóstico do BC bem justo. Mostra que eles podem, em algum momento, ter que discutir alta de juros e, se for necessário, isso vai ser discutido. Talvez até subam, mas não é iminente", afirma.

Ferrari também avalia que não é recomendável que a política monetária tente endereçar um problema de desvalorização cambial. "O câmbio responde muito mais a fatores externos e não deveria se fazer política monetária pensando em segurar o câmbio", afirma.

O gestor diz manter posições que ganham com a queda dos juros curtos no mercado local. "Acho que a barra para subir em setembro ainda é alta. Pode

acontecer, mas o Focus precisaria seguir piorando e o real ultrapassar os R\$ 5,80. Ainda assim, nesse cenário, acho que ele [o BC] poderia dizer que o balanço de riscos passou a ser assimétrico e subir em novembro." Por outro lado, o sócio e cogestor macro da Tenax Capital, Sérgio Silva, aponta que houve uma deterioração rápida nos ativos locais recentemente, o que acabou consumindo uma certa "gordura" que o Copom tinha para manter sua estratégia de levar a **inflação** para a meta com a Selic parada em 10,5%.

Nesse contexto, na avaliação do gestor, o Copom poderia ter emitido um alerta um pouco mais duro e, assim, a leitura da ata será bastante importante para entender as discussões dentro do colegiado. "Estamos vendo a moeda a R\$ 5,70, é um patamar muito mais alto do que vimos há seis meses. Ainda existe a necessidade de implementação do fiscal e o compromisso com as metas para o médio prazo, o que poderia levar a uma diminuição do prêmio de risco que o mercado cobra. Não há nada que indique, por ora, o cenário melhorando e as coisas convergindo para um patamar mais baixo. Se esse é o caso, quanto mais rápido você agir, menos teria que reagir", diz Silva.

Mesmo após o Copom ter evitado sinalizar que pretende subir os juros no curto prazo, o cenário ganhou força entre participantes do mercado. Embora mantenha a expectativa de que a Selic deve voltar a cair em dezembro em seu cenário base, o UBS BB avalia que há "riscos crescentes" de elevações nos juros ainda este ano e trabalha com 30% de chance de o BC ser forçado a aumentar a taxa básica em setembro.

"A resposta esperada da política monetária e uma política fiscal subsequente mais branda nos deixam com um cenário alternativo de três aumentos de 0,5 ponto percentual em setembro, novembro e dezembro", o que levaria a Selic para 12% no fim deste ano, com uma retomada na flexibilização monetária no início de 2025.

No contexto atual de incertezas elevadas, a Tenax, segundo Silva, mantém neste momento apenas posições táticas na curva de juros e tem montado apostas pensando em um horizonte mais curto de investimento. "Parece que temos um futuro desafiador em relação ao compromisso fiscal. Isso tem explicado, em parte, o desempenho inferior dos ativos do Brasil

que temos acompanhado".

Já o estrategista-chefe da BGC Liquidez, Daniel Cunha, também avalia que a recepção do mercado ao **comunicado** do BC acabou contaminada pelo exterior. "Vimos uma sessão de aversão ao risco, em particular, de forte movimentação no mercado de moedas, que tem dificultado isolar o "fator pós-Copom" nos ativos. De todo modo, arrisco dizer que a decisão foi bem recebida, dentro do possível, ao julgar pela modesta inclinação da curva, mesmo em meio à forte deterioração cambial", afirma.

Na visão dele, a narrativa de uma recessão nos EUA ainda não parece ser corroborada pelos dados. "Não vejo a sessão de hoje [ontem] como alguma inflexão de narrativa ou iniciação de um novo regime, de recessão americana. Entendo mais como um ajuste pontual, com agentes querendo ficar mais leves para atravessar essa janela menos líquida que ocorre durante o período de férias no Hemisfério Norte", conclui.

"Copom mostrou preocupação, mas sem um certo exagero que parte do mercado gostaria" Denis Ferrari

11,565% foi a taxa do DI para janeiro de 2026 no fim da sessão

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187945>

Primeiras emissões de LCD podem sair ainda este ano

Paula Martini Do Rio

Os bancos de desenvolvimento autorizados a captar recursos por meio da nova Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD), um título isento sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na semana passada, planejam realizar as primeiras emissões até o fim deste ano.

A LCD foi criada para aumentar as fontes de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas também poderá ser emitida por instituições estaduais de desenvolvimento, como BDMG (Minas Gerais), Bandes (Espírito Santo) e BRDE (região Sul do país).

Por meio desse instrumento, os investidores poderão financiar projetos de infraestrutura e atividades da nova política industrial do governo federal. O título, porém, ainda carece de regulamentação do Conselho Monetária Nacional (CMN) para chegar a mercado.

O BNDES espera que isso aconteça na próxima reunião do CMN, no fim de agosto, enquanto as demais instituições trabalham com um horizonte maior, de cerca de três meses.

"Caso seja regulamentado no fim de agosto, poderemos emitir a partir de setembro. A nossa ideia é fazer uma emissão ainda este ano, mas vamos avaliar o mercado", afirma o diretor de planejamento do BNDES, Nelson Barbosa.

Assim como os demais títulos de renda fixa, a LCD poderá ser atrelada a uma taxa de juros prefixada, percentual do CDI ou **inflação** mais juros. "Vamos pesquisar o mercado para definir o prazo que o mercado aceita, a taxa, e o qual indexador, se é CDI ou IP-CA. O mercado flutua e tem que ver qual é a melhor janela", diz.

Cada instituição de fomento poderá emitir até R\$ 10 bilhões por ano por meio da LCD. A ideia é que o novo instrumento represente menos de 5% do passivo em circulação. O estoque das letras de crédito de infraestrutura (LCI) e agronegócio (LCA), por exemplo, é de cerca de R\$ 830 bilhões.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), André Godoy, que

representa os bancos de desenvolvimento, afirma que a LCD deve estar disponível para os investidores em breve. "A expectativa das instituições financeiras é começar a emitir a LCD 30 dias após a regulamentação por parte do CMN." A analista de renda fixa da XP, Mayara Rodrigues, avalia que o título vai gerar interesse do investidor pessoa física, apesar das limitações de oferta, por três motivos: a isenção do Imposto de Renda, a possibilidade de emissões de títulos de curto prazo e a provável cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

O último ponto, porém, ainda será normatizado pelo CMN. "Fora isso, tem a questão estrutural. A LCD vai precisar de monitoramento e avaliação de impacto para mensurar o quanto as transferências têm gerado de ganhos sociais", resalta Rodrigues.

O diretor de tesouraria do Banco Pine, Ronaldo Silvestre, fala em uma "demanda cativa" de investidores pessoa física por investimentos isentos de IR, caso das letras de crédito. "Também há uma atratividade na renda fixa pelo juro real que está sendo praticado", observa.

Guilherme Dias, da Suno Research, vê o título como uma alternativa familiar para o investidor de renda fixa. "Ele surge como uma opção num momento em que vários produtos estão passando por mudanças regulatórias, de liquidez e tributação, e de certa forma é familiar porque se assemelha a LCI e LCA", diz.

"Nossa ideia é fazer uma emissão ainda este ano, mas vamos avaliar o mercado" Nelson Barbosa

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187945>

Juros devem ser mantidos com as expectativas inflacionárias

São Paulo - Um cenário externo incerto, com o desfecho imprevisível das eleições nos Estados Unidos, e um sinal vermelho nas expectativas de **inflação** para o segundo semestre levaram a um tom mais duro na manutenção dos juros no patamar atual, segundo economistas ouvidos pela reportagem. Eles não veem, no entanto, grandes chances de os juros voltarem a subir num futuro próximo.

Em decisão unânime, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) conservou na quarta-feira (31) os juros básicos em 10,5% ao ano. Esta é a segunda reunião consecutiva sem alteração no patamar dos juros.

A posição, porém, também é alvo de críticas de parte dos analistas, que avaliam que havia espaço para o corte de juros e ligam a decisão a uma pressão do mercado.

É um texto mais duro do que o anterior, que traz uma mudança na sistemática de projeção da **inflação**, incorporando seis trimestres à frente, avalia Lívio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador associado do FGV Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas.

"É um **comunicado** que, mantendo os juros a 10,5%, enxerga no primeiro trimestre de 2026 a **inflação** a 3,2% e enxerga essa **inflação** a 3,4% no final de 2025", ressalta.

Ele complementa que será preciso aguardar a divulgação da ata da reunião, mas que o BC não parece referendar o mercado, que espera uma elevação de juros em setembro.

"Com o que está escrito hoje e com a estrutura da comunicação oficial, tem mais risco. O Copom está mais preocupado, mas isso não significa começar a subir juros na próxima reunião", observa.

Na visão da economista Juliana Inhasz, do Insper, a decisão do Copom é adequada e alinhada com o contexto da economia brasileira. "Temos vários riscos, o fiscal é um problema sério, apesar do contingenciamento de gastos divulgado recentemente. É agora no segundo semestre que os gastos deixarão de ser feitos e precisamos entender como isso se reverte no resultado fiscal", pondera.

A especialista não vê a Selic voltando a subir até o fim de 2024. "A provável redução da taxa americana junto com o contingenciamento (de gastos no Brasil) reduziram a pressão. Mas o governo tem de fazer a lição de casa no fiscal", alerta.

Estabilidade - Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, a manutenção do patamar de juros já era algo amplamente esperado e deve perdurar. "É um cenário em que, provavelmente, os riscos no segundo semestre, especialmente por conta de câmbio e resiliência da **inflação** de serviços, vão continuar mantendo a expectativa de **inflação** elevada, não só para 2024, mas também para 2025", diz. Segundo ele, a **inflação** está caminhando para ficar neste ano e no próximo ano entre 4,4% e 4,5%.

"É uma Selic que ao longo de todo o governo Lula não vai conseguir sair muito desse patamar de 10%, muito por obra do governo, por conta da questão fiscal", assinala. Ele afirma, no entanto, que o cenário também depende do patamar do câmbio, que pode afetar a expectativa da **inflação** para 2025 e 2026. (Douglas Gavras/Folhapress)

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

STF derruba trechos da PEC que aumentou benefícios antes da eleição de 2022

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nessa quinta-feira (1º), declarar inconstitucionais trechos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que deu aval para o então presidente Jair Bolsonaro (PL) furar o teto de gastos para aumentar benefícios sociais às vésperas das eleições de 2022. O resultado do julgamento foi de 8 a 2.

O relator, André Mendonça, e Nunes Marques acabaram derrotados. A posição vencedora foi apresentada pelo ministro Gilmar Mendes e acompanhada por Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso e Dias Toffoli. Cristiano Zanin se declarou impedido de julgar o caso.

A "PEC Kamikaze", como foi apelidada, teve aprovação no Congresso Nacional em julho de 2022. A proposta instituiu estado de emergência no país por causa do aumento no preço dos combustíveis, consequência da guerra entre Rússia e Ucrânia. A medida ampliou o Auxílio Brasil para R\$ 600, dobrou o valor do Auxílio Gás e criou um vale para caminhoneiros e taxistas no valor de R\$ 1.000.

Os benefícios começaram a ser pagos em agosto. O custo superou R\$ 40 bilhões em cinco meses. Os trechos derrubados pelo Supremo se referem à declaração do estado de emergência e aos benefícios sociais que foram criados ou aumentados no fim do ano. Os artigos da lei que tratavam de questões tributárias foram mantidos.

Flávio Dino afirmou que o reconhecimento do estado de emergência contrariava declarações do então ministro da Economia, Paulo Guedes. Na época, Guedes dizia que a economia do país estava voando e que o resultado de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022 poderia ser maior que o da China. "Nós temos a configuração em que os enunciados [de Guedes] não encontram suporte aqui. Acho que houve um arranjo indevido, lamentável, em torno desse conceito de estado de emergência que não se encontrava com o fato", disse Dino.

Segundo Moraes, a aprovação da PEC, com aumento de benefícios sociais, impactou positivamente a campanha de Bolsonaro. "É extremamente perigoso afastar a anualidade, afastar a pretensão de eventuais medidas que favoreçam determinada candidatura e

prejudiquem a paridade eleitoral", destacou o ministro.

Apesar da inconstitucionalidade dos trechos da lei e, portanto, da concessão dos benefícios antes das eleições, a decisão do Supremo não terá nenhuma punição aos responsáveis pela aprovação da proposta. Dino afirmou que o julgamento tem "dimensão profilática" para evitar que casos semelhantes ocorram durante as eleições municipais deste ano.

"Imaginemos o efeito sistêmico disso em 5 mil câmaras municipais, caso não haja pronunciamento enfático dizendo que essa burla é inaceitável. Ou teremos uma desigualdade inaceitável: o presidente da República tudo pode, e o prefeito do pequeno município vai ser cassado. Isso não é compatível com a dimensão inafastável do Supremo de guardião da Constituição", afirmou.

A ação foi apresentada pelo Novo em 2022. O partido dizia que a aprovação da PEC era inconstitucional por três motivos: quebrava a anualidade, impunha novo estado de exceção e rompia a liberdade do voto. Esse último ponto foi o principal levantado pelo Novo.

Segundo o partido, a PEC, sob o pretexto de "criar vantagens, atinge diretamente a liberdade do voto" porque cria "interferência direta no equilíbrio da disputa [presidencial]". "Caso esta Corte entenda que a inconstitucionalidade está atrelada à liberdade do voto, pede-se que se reconheça a inconstitucionalidade da incidência da norma antes do processo eleitoral [...]. O grave risco imposto à legitimidade e normalidade do processo eleitoral, em si, justificaria a medida cautelar", pediu o Novo.

Site: https://oestadoce.com.br/digital/02-08-2024-edicao-24884/#google_vignette